

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 066/2024
Data: 26/07/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ TERÁ MANIFESTAÇÕES SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	4
ANTAQ APROVA ESTUDO FEITO NOS PORTOS VISANDO REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES	5
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
ZPE DE PARNAÍBA TERÁ MAIS 4 INDÚSTRIAS E R\$ 150 MI EM INVESTIMENTOS.....	7
AL TERÁ ISENÇÃO DE ICMS PARA COMPRA DE MAQUINÁRIO DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
ANTAQ APROVA ESTUDO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO NOS PORTOS, FEITO EM PARCERIA COM MPOR E GIZ.....	9
AGÊNCIA APROVA CRIAÇÃO DE COMITÊ PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E A DIVERSIDADE NO SETOR AQUAVIÁRIO.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
PORTO DE ARACRUZ (ES) RECEBE INVESTIMENTOS DE R\$ 2,7 BILHÕES	11
NAVIO DE 366 METROS ATRACA PELA PRIMEIRA VEZ NO PORTO DE SALVADOR	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES COMEMORA 164 ANOS DE SERVIÇOS AO PAÍS	13
VIADUTO E PONTE SÃO ENTREGUES PARA MELHORAR MOBILIDADE E SEGURANÇA EM CONSELHEIRO LAFAIETE (MG).....	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Malha Sul 1</i>	16
<i>Malha Sul 2</i>	16
<i>Segurança ferroviária 1</i>	16
<i>Segurança ferroviária 2</i>	16
<i>Segurança ferroviária 3</i>	16
REGIÃO SUDESTE - MINISTRO VISITA PORTO BILIONÁRIO DO ES DE OLHO NO CRESCIMENTO DO ESTADO	16
REGIÃO SUDESTE - COSTA FILHO VAI CONVOCAR REUNIÃO PARA SOLUCIONAR GARGALOS DO ES	17
NACIONAL - GOVERNO VAI INVESTIR ATÉ R\$ 35 MI EM PROJETOS VOLTADOS À DESCARBONIZAÇÃO	18
REGIÃO NORTE - GOVERNO FEDERAL RECONHECE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ACRE.....	19
REGIÃO NORTE - LIMINAR SUSPENDE LICENÇA PRÉVIA PARA ASFALTAMENTO DA BR-319	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVO BERÇO	21
PORTO DE SANTOS - APS PREPARA ESTUDOS PARA APROFUNDAMENTO DO CANAL PARA 16M	22
NACIONAL - DNIT INTENSIFICA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CONTORNO VIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL	23
BAHIA ECONÔMICA - BA	24
FORD VAI AMPLIAR INSTALAÇÕES NA BAHIA COM NOVO PRÉDIO NO CIMATEC PARK	24
NOVO MODELO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA BAHIA É ELOGIADO POR CONSELHEIRO DO TCE	25
RECEITA FEDERAL ENQUADRA PROJETO DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA COMO ESTRATÉGICO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA	26
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	26
NAVIOS DA MARINHA CHEGAM AO PORTO DE SANTOS PARA VISITAÇÃO PÚBLICA	26
CNT REALIZA VISITAS TÉCNICAS A TERMINAIS PORTUÁRIOS DE SANTOS.....	27
SANTOS E GUARUJÁ GANHARÃO NOVA EMBARCAÇÃO PARA TRAVESSIA	28
PORTO DO ITAQUI INICIA CONSTRUÇÃO DO BERÇO 98 E DÁ NOVO IMPULSO À ECONOMIA MARANHENSE	28
PORTO DE SALVADOR RECEBE O PRIMEIRO SUPERNAVIO DE 366 METROS	29
JORNAL O GLOBO – RJ.....	30
ENTENDA POR QUE ESTRATÉGIA DO GOVERNO LULA PARA AMPLIAR ARRECADAÇÃO COM CARF NÃO FUNCIONOU	30
NO ÚLTIMO DIA DE REUNIÕES DO G20 NO RIO, MINISTROS DISCUTEM HOJE COMO FINANCIAR A ADAPTAÇÃO DOS PAÍSES À MUDANÇA CLIMÁTICA	32
LUCRO DA VALE SOBE 219% NO SEGUNDO TRIMESTRE. MINERADORA VAI DISTRIBUIR R\$ 8,9 BI AOS ACIONISTAS.....	33
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	33
‘IVA BRASILEIRO NÃO SEGUE OS MELHORES PADRÕES INTERNACIONAIS’; ESPECIALISTA EXPLICA POR QUÊ	34
BRASIL E UE TRAVAM DISPUTA POR MODELO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES POLUENTES DE NAVIOS	35
‘PARA NÃO TER INFLAÇÃO, É PRECISO O POVO GANHAR POUCO?’; DIZ LULA EM CRÍTICA A FALA DE CAMPOS NETO.....	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 066/2024
Página 3 de 49
Data: 26/07/2024
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

CARGA DE ENERGIA SOBE 6,1% EM JUNHO NO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL	38
GOVERNO LULA EDITA MEDIDA PROVISÓRIA QUE BENEFICIA EMPRESA DOS IRMÃOS BATISTA NO SETOR DE ENERGIA	39
VALOR ECONÔMICO (SP).....	42
DELAÇÃO DE MAFIOSO PRESO NO BRASIL DEVE AJUDAR NOVAS INVESTIGAÇÕES	42
VALE LUCRA R\$ 14,6 BI NO SEGUNDO TRIMESTRE, ALTA DE 219%	43
VOA BRASIL: COMO FUNCIONA E QUEM TEM DIREITO AOS DESCONTOS NAS PASSAGENS AÉREAS	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	47
MPOR TRABALHA COM CENÁRIO DE ESTIAGEM 'BASTANTE FORTE' EM 2024.....	47
ANTAQ APROVA ESTUDO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO NOS PORTOS, FEITO EM PARCERIA COM MPOR E GIZ.....	48
AGÊNCIA APROVA CRIAÇÃO DE COMITÊ PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E A DIVERSIDADE NO SETOR AQUAVIÁRIO.....	49
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	49
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	49

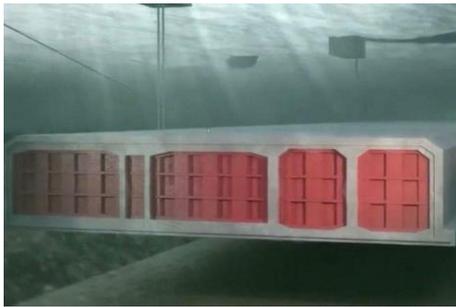


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ TERÁ MANIFESTAÇÕES SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Cetesb recebe observações por carta até agosto

Por Bárbara Farias e Maurício Martins



A estrutura será composta por seis módulos de concreto pré-moldados que serão mergulhados e vedados (Reprodução)

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) recebe, até o dia 24 de agosto, manifestações por escrito sobre o processo de licenciamento ambiental do túnel submerso Santos-Guarujá. Interessados devem protocolar ou enviar as observações por carta registrada ao Setor de Gestão de Dados e Processos (IDAD), na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, em São Paulo (CEP: 05459-900).

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), protocolou o pedido de Licença Ambiental Prévia (LP) para o túnel imerso Santos-Guarujá junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), no início do mês. O Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) também foi enviado. O comunicado foi publicado no Diário Oficial do Estado no último dia 10, com prazo de 45 dias para manifestações.

Para A Tribuna, a SPI disse, em nota, que o pedido da LP “faz parte do processo de licenciamento para obter as próximas autorizações, considerando apenas a viabilidade ambiental do empreendimento sob os aspectos dos meios físico, biótico e socioeconômico, não tendo um projeto referencial como base do pedido”.

Ou seja, o projeto final não é apresentado nessa fase, até porque o traçado ainda é alvo de debates por conta de possíveis desapropriações de moradias. A intenção do Estado é adiantar as licenças necessárias, o que não significa que a obra começará mais rápido. Isso porque a previsão é de que os trabalhos em campo só comecem após leilão e celebração de uma parceria público-privada (PPP), no meio do ano que vem. A empresa vencedora fará os estudos submersos necessários, a obra e ficará com a concessão do túnel por 35 anos.

Edital

No dia 13 de junho, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) esteve em Santos e disse que o objetivo era lançar a licitação ainda este ano. Em nota, a SPI afirma que “O cronograma para publicação do edital do projeto está sendo discutido entre o Estado e a União”.

O projeto do túnel está sendo estruturado pela SPI e Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), contando ainda o apoio da Autoridade Portuária de Santos (APS) por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado pelas partes em 16 de fevereiro deste ano.

O empreendimento tem um orçamento público estimado em R\$ 6 bilhões, que serão custeados pela União e pelo Governo de São Paulo, sendo 50% de cada, mas haverá investimento privado da futura concessionária. Terá 870 metros de extensão e ficará a 21 metros de profundidade.

Audiências

O licenciamento ambiental é o passo seguinte ao término da fase de audiências públicas dentro do processo de implementação da ligação seca.

Foram realizadas três audiências públicas nos dias 17, 18 e 19 de abril, na Associação Comercial de Santos; no Teatro Procópio Ferreira, em Guarujá; e na Autoridade Portuária de Santos (APS). A consulta pública foi realizada entre 14 de março e 3 de maio.

Segundo o relatório das contribuições apresentadas na consulta e audiências públicas do túnel, de 94 contribuições, aproximadamente 30% foram atendidas.

Reunião em SP

Secretário da Associação Comunitária do Macuco (Acom), em Santos, o engenheiro José Santaella Júnior afirma que um novo projeto do túnel foi elaborado. “Já é o sexto projeto. Dessa vez, a previsão de desapropriações é de 130 imóveis, 60 a menos do que no projeto Dersa, que era de 190”. Santaella explica que membros da Acom se reunirão com o secretário da SPI, Rafael Benini, na segunda-feira (29), às 17 horas, em São Paulo, para tratar do projeto. Eles querem esclarecimentos sobre onde serão a entrada e a saída do túnel, do lado de Santos. Os moradores cobram a inclusão do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no projeto, “o que não existe”, e que não haja nenhuma desapropriação, “conforme o projeto Porto”. Segundo o engenheiro, a Acom também questiona o valor estipulado pelo Governo do Estado a ser pago pelos imóveis que eventualmente serão desapropriados, de R\$ 2.389 o metro quadrado. “O metro quadrado vale em torno de R\$ 8,6 mil”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 26/07/2024

ANTAQ APROVA ESTUDO FEITO NOS PORTOS VISANDO REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES

Análise foi feita pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em conjunto com a Agência Alemã de Cooperação Internacional

Por *ATribuna.com.br*



Levantamento verificou como as infraestruturas portuárias estão se preparando para o recebimento de embarcações com combustível verde (Vanessa Rodrigues/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou nesta quinta (25) o estudo Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos, feito em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a Agência Alemã de Cooperação Internacional.

O levantamento verificou como as infraestruturas portuárias brasileiras estão se preparando para o recebimento de embarcações com combustível verde, produção de energia eólica, eletrificação de equipamentos portuários e sistemas Onshore Power Supply (OPS), tecnologia para navios atracados em portos desligarem os motores e se conectarem à rede elétrica.

Para a diretoria da Antaq, o entendimento de como os portos estão se preparando para a transição energética e para a descarbonização vai permitir um avanço nessas pautas. O relatório faz parte de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado com a GIZ em setembro de 2023 para promover a descarbonização no setor.

“Com esse diagnóstico será possível estabelecer orientações e diretrizes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa por navios em portos e viabilizar a descarbonização da infraestrutura portuária e dos serviços portuários prestados”, disse a Agência.

O estudo concluiu que a descarbonização do setor portuário exige que sejam feitas ações integradas para atingir uma redução significativa das emissões. Agora, será possível ter um direcionamento de medidas a serem adotadas pelas instalações portuárias e pelo setor.

O levantamento foi realizado no âmbito do Programa Internacional de Hidrogênio H2Uppp, que é financiado pelo Ministério da Economia e Ação Climática da Alemanha. O levantamento faz parte do segundo, dos três eixos do ACT firmado com a GIZ. O Eixo 1, que foi finalizado em 2021, tratou da revisão da experiência internacional, análise de documentos, artigos técnicos e científicos e estudos sobre transição energética e descarbonização no transporte marítimo e nos portos.

Já o Eixo 3 será conduzido pela Antaq e vai apresentar um estudo de caso, por meio de levantamento de campo e entrevista semiestruturada com portos e entidades do setor portuário.

Diversidade

A Antaq aprovou, também nesta quinta (25), a criação de um comitê para a igualdade de gênero e a diversidade no setor aquaviário. O comitê será intersetorial e farão parte, além da Agência, entidades nacionais e internacionais.

A expectativa é que os nomes sejam apresentados dentro de 30 dias e o plano de ação em 60 dias. A criação do comitê está sendo discutida dentro da iniciativa Brasil Sem Misoginia, do Ministério das Mulheres, e do programa Rede Equidade, do Senado, do qual a Antaq faz parte. “O desdobramento dessa medida será a elaboração de um programa interno e de pautas de incentivo para o setor aquaviário que possa desenvolver políticas de formação e de desenvolvimento a fim de promover igualdade de gênero”, destacou a diretora da Antaq Flavia Takafashi, responsável pela implementação do comitê.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 26/07/2024

Governo Federal e fiscais tentam acordo após anúncio de paralisação

Esta será a quinta tentativa de equacionar o impasse entre as partes
Por Bárbara Farias



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) agendou nova rodada de negociações com o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) (Divulgação/Sinagências)

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) agendou nova rodada de negociações com o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) na segunda-feira (29), em Brasília. Esta será a quinta tentativa de equacionar o impasse entre as partes que negociam reajuste salarial e reestruturação de carreiras.

Na última segunda-feira (22), a categoria rejeitou a proposta do Governo e decidiu convocar uma paralisação de 48 horas nos dias 31 de julho e 1º de agosto, que está mantida. O movimento consiste na suspensão das atividades de controle e fiscalização em portos e aeroportos. Sinagências representa fiscais da Anvisa e do Ministério da Agricultura. “Esperamos receber uma proposta que garanta a valorização da regulação federal como um todo”, informou o sindicato.

Na quarta-feira (24), o MGI informou que não pode atender à contraproposta apresentada pelo sindicato, “inviável em vista das restrições orçamentárias”. O MGI foi procurado novamente ontem, mas não respondeu.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 26/07/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ZPE DE PARNAÍBA TERÁ MAIS 4 INDÚSTRIAS E R\$ 150 MI EM INVESTIMENTOS

Zona de Processamento de Exportação (ZPE) piauiense também tem outros 16 projetos em análise ou elaboração

Por Luiz Filipe Freire

Previsão é de que 250 postos de trabalho sejam gerados com a chegada de novos empreendimentos. Foto: Governo do Piauí/Divulgação



Com dois empreendimentos instalados, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, no Piauí, está prestes a ganhar mais quatro indústrias ainda em 2024. O anúncio do Governo do Estado indicou a soma de R\$ 150 milhões em investimentos e a geração de 250 postos de trabalho diretos como conquistas a serem viabilizadas pelas operações. E nos próximos meses, outros 16 projetos já em

análise ou em fase de elaboração também podem sair do papel.

As quatro empresas que chegam agora são especializadas em beneficiamento de mel (Via Natural), beneficiamento de castanha de caju (Arrey Foods), fabricação de cosméticos (Pratic Hair) e montagem de tratores agrícolas (Sadin Tratores). A instalação delas havia sido autorizada em julho de 2023 pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), órgão deliberativo presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

“Já estamos em discussão com as empresas para que as obras iniciem em breve, ainda neste ano”, afirmou o presidente da ZPE de Parnaíba, Álvaro Nolleto, acrescentando informações sobre o andamento de projetos futuros. “Atualmente, nove projetos já foram enviados e estão em análise na Secretaria Executiva do CZPE, no MDIC. Temos ainda outros sete projetos em fase de elaboração para enviarmos ao conselho. Seguimos sempre em busca de novas empresas para a nossa ZPE”, completou.



Álvaro Nolleto, da ZPE de Parnaíba: “Temos novos projetos em avaliação”. Foto: Governo do Piauí/Divulgação

Empreendimentos vão se somar a duas indústrias já em operação na ZPE

Atualmente, já funcionam na ZPE de Parnaíba a Agrocera e a Ecopellets. A primeira é especializada na produção de cera de carnaúba. Somente este ano, a empresa já realizou 13 exportações do produto, totalizando 285 toneladas comercializadas. Nos planos, está a expansão da planta

industrial e a ampliação da capacidade produtiva.

Já a Ecopellets tem atuação voltada para a produção de madeira ecológica a partir de resíduos vegetais triturados, secos e comprimidos. De acordo com informações do MDIC, o mercado europeu é o maior consumidor de pellets de biomassa, que é empregado no aquecimento de residências ou como fonte de energia para consumidores comerciais, plantas industriais ou termoelétricas.

Atualmente, as duas indústrias e as startups pertencentes ao Tech Export Hub – primeiro hub de exportação de serviços e produtos de tecnologia do Brasil, criado em 2022 – empregam mais de 200 trabalhadores de forma direta na ZPE piauiense.



Agrocera, em Parnaíba, já realizou 13 exportações de cera de carnaúba em 2024. Foto: Agrocera/Reprodução

Zonas de livre comércio buscam alavancar desenvolvimento local

As ZPEs são áreas de livre comércio destinadas à produção de bens para exportação e à prestação de serviços vinculados à atividade exportadora. Além de desenvolver a cultura exportadora e fortalecer a balança comercial, as ZPE têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local e para a diminuição das desigualdades

regionais.

Segundo o MDIC, a produção no espaço da ZPE garante às empresas a suspensão do recolhimento de tributos como IPI, PIS-Cofins, Imposto de Importação e Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) na aquisição de insumos e matérias-primas, com a conversão em isenção ou alíquota zero no caso de posterior exportação do produto final.

A decisão sobre a criação dessas zonas cabe ao CZPE, que é composto por representantes dos ministérios da Casa Civil, da Fazenda, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Planejamento e Orçamento, de Portos e Aeroportos e dos Transportes.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 26/07/2024

AL TERÁ ISENÇÃO DE ICMS PARA COMPRA DE MAQUINÁRIO DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL

Confaz aprovou adesão que autoriza o estado a fornecer isenção de ICMS nas aquisições de materiais para biocombustível

Por Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Alagoas aderiu a convênio que fortalece a fabricação de combustível sustentável de aviação. Foto: Ascom Sedics

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou a adesão de Alagoas ao convênio que autoriza a concessão de isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em operações para aquisições de bens destinados à fabricação de combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), Biometano, Biogás, Metanol e CO2.

O convênio ICMS nº 97 publicado na terça-feira (23) altera o Convênio ICMS nº 49, de 25 de abril de 2024, que autoriza os estados e o Distrito Federal a conceder regime especial aos estabelecimentos que exerçam como atividade econômica principal as classificadas nos códigos 0600-0/01, 1921-7/00, 3520-4/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, para emissão de nota fiscal nas operações que indica, com petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e biocombustíveis, por meio de navegação de cabotagem, fluvial ou lacustre.

Segundo o superintendente de Políticas Energéticas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics) de Alagoas, Bruno Macedo, o estado já se destaca na produção de combustível sustentável de aviação, com o grupo alagoano da Usina Coruripe entre as cinco usinas brasileiras que têm autorização para a venda do etanol como matéria-prima para a indústria de bioquerosene de aviação. “O convênio que Alagoas aderiu torna o estado mais competitivo na atração de negócios em energia renovável, alavancando o desenvolvimento estadual”.

A secretária Alice Beltrão destacou que o estado tem desenvolvido ações e políticas públicas capazes de atrair investimentos em tecnologias renováveis. “Buscamos proporcionar condições para atrair mais investimentos para o nosso estado. Com os incentivos e benefícios oferecidos pelo Governo de Alagoas, já temos projetos pioneiros em andamento, como a unidade de produção de biogás e biometano da Pindorama e da Zeg Biogás”.

A cooperativa Pindorama e a ZEG Biogás anunciaram que darão início à construção da usina que produzirá biocombustível a partir da vinhaça oriunda da moagem da cana-de-açúcar no mês de outubro. A previsão é que em dezembro de 2025 seja iniciada a produção na planta.

A unidade será construída no distrito de Pindorama, no município de Coruripe, que fica no litoral Sul de Alagoas. A usina será a primeira no Nordeste a produzir biogás e biometano tendo como fonte a cana-de-açúcar.

Como funciona a produção de biocombustível

O biogás é produzido pela decomposição de matéria orgânica – gerada pela produção de açúcar e álcool – e que depois de processada é utilizada como combustível em motores geradores e na produção de energia elétrica para empresas.

Já o biometano é extraído da vinhaça. Ele é um subproduto de gás purificado, que pode ser liquefeito ou comprimido, podendo ter as mesmas aplicações que o gás natural e ser utilizado em indústrias e frotas.

A expectativa da Cooperativa Pindorama é que a produção anual corresponda ao volume de 30 mil litros de óleo diesel produzidos todos os dias no período de um ano. Com esse volume, estima-se que serão evitadas a emissão de 20 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera anualmente com a substituição da matriz fóssil pela renovável.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 26/07/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA ESTUDO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO NOS PORTOS, FEITO EM PARCERIA COM MPOR E GIZ

Trabalho tem como objetivo verificar a preparação da infraestrutura portuária nacional para o recebimento de embarcações zero carbono

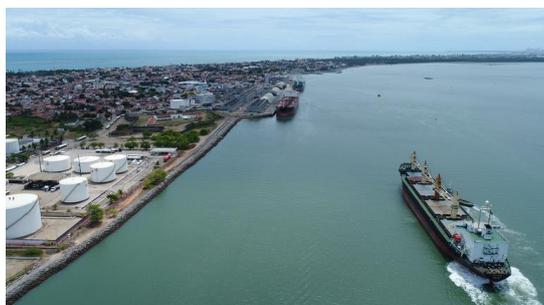


Foto: Porto de Cabedelo (PB)

Brasília, 25/07/2024 - Em reunião de diretoria, nesta quinta-feira (25), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou o estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos”, feito em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

O levantamento teve como objetivo verificar como as infraestruturas portuárias brasileiras estão se preparando para o recebimento de embarcações com combustível verde, produção de energia eólica, eletrificação de equipamentos portuários e sistemas Onshore Power Supply (OPS).

Durante a discussão do processo, a Diretoria Colegiada ressaltou a relevância desse estudo para o setor. Para todos os diretores, o entendimento de como os portos estão se preparando para a transição energética e para a descarbonização vai permitir um avanço nessas pautas.

Com esse diagnóstico será possível estabelecer orientações e diretrizes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa por navios em portos e viabilizar a descarbonização da infraestrutura portuária e dos serviços portuários prestados.

Tendo em vista o compromisso da ANTAQ com o meio ambiente, essa entrega faz parte de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado com a GIZ em setembro de 2023 para promover a descarbonização no setor. Esse é o segundo de três eixos definidos.

Ações integradas

O estudo concluiu que a descarbonização do setor portuário exige que sejam feitas ações integradas para atingir uma redução significativa das emissões. Com o diagnóstico, será possível ter um direcionamento de medidas a serem adotadas pelas instalações portuárias e pelo setor.

O levantamento foi realizado no âmbito do Programa Internacional de Hidrogênio H2Uppp, que é financiado pelo Ministério da Economia e Ação Climática da Alemanha.

O projeto alemão busca identificar, preparar e acompanhar a implementação de projetos para a produção e uso de aplicações de hidrogênio verde e derivados, bem como aumentar a conscientização e transferir conhecimentos para o desenvolvimento de projetos.

O voto do diretor relator da matéria, Caio Farias, determina o envio da cópia dos produtos aprovados aos ministérios dos Portos e Aeroportos e de Minas e Energia; e a publicação dos estudos no site da ANTAQ.

Acordo de cooperação

O ACT firmado com a GIZ prevê que esse projeto seja dividido em três eixos. O Eixo 1, que foi finalizado em 2021, tratou da revisão da experiência internacional, análise de documentos, artigos técnicos e científicos e estudos sobre transição energética e descarbonização no transporte marítimo e nos portos.

O Eixo 2, que foi aprovado nessa reunião de diretoria, fez um diagnóstico da descarbonização nos portos. Por fim, o terceiro eixo, que será conduzido pela ANTAQ, vai apresentar um estudo de caso por meio de levantamento de campo e entrevista semiestruturada com portos e entidades do setor portuário.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 26/07/2024

AGÊNCIA APROVA CRIAÇÃO DE COMITÊ PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E A DIVERSIDADE NO SETOR AQUAVIÁRIO



Membros do comitê, que será intersetorial, devem ser apresentados em 30 dias

Brasília, 25/07/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, nesta quinta-feira (25) em reunião de diretoria, a criação de um comitê para promover a igualdade de gênero e a diversidade no setor aquaviário.

O comitê será intersetorial e farão parte, além de representantes da ANTAQ, membros de entidades nacionais e internacionais. A expectativa é que os nomes sejam apresentados dentro de 30 dias e o plano de ação em 60 dias.

A criação deste comitê está sendo discutida no âmbito da iniciativa Brasil Sem Misoginia, do Ministério das Mulheres, e do programa Rede Equidade, do Senado Federal, do qual a ANTAQ faz parte.

“O desdobramento dessa medida será a elaboração de um programa interno e de pautas de incentivo para o setor aquaviário que possa desenvolver políticas de formação e de desenvolvimento a fim de promover igualdade de gênero”, destacou a diretora Flávia Takafashi, que é a responsável pela implementação do comitê.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 26/07/2024

PORTO DE ARACRUZ (ES) RECEBE INVESTIMENTOS DE R\$ 2,7 BILHÕES

Com recursos do Novo PAC, o Porto da Imetame terá 17 metros de calado e capacidade para receber embarcações de grande porte



Visita às obras do Porto da Imetame Logística - Foto: Eduardo Oliveira

Acidade de Aracruz, no Espírito Santo, será beneficiada com um complexo portuário destinado ao recebimento de grandes embarcações, essencial para o escoamento de grãos, especialmente para o mercado asiático. Nesta quinta-feira (25), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia de anúncio de R\$ 2,7 bilhões em investimentos para as obras do Porto da Imetame Logística. O projeto inclui um Complexo de Terminais Privados com administração portuária própria, abrangendo terminais para contêineres, grãos, carga geral e granéis líquidos.

Os investimentos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que combina recursos públicos, privados e parcerias público-privadas (PPP). Os portos desempenham um papel estratégico nas relações comerciais do Brasil com o mundo. Por isso, o Novo PAC foca em obras que aumentam a competitividade portuária, incluindo a manutenção, ampliação da capacidade e redução de interferências urbanas nas áreas portuárias.

Com 17 metros de calado e amplo espaço de manobra, o terminal estará preparado para receber os maiores navios do mundo, com inauguração prevista para meados de 2025. A demanda por capacidade portuária e soluções logísticas modernas na região tem crescido, impulsionada pela atividade industrial e comércio no Espírito Santo, bem como pelo crescimento da agricultura, pecuária e agroindústria no Centro-Oeste e em Minas Gerais, que são parte da área de influência direta do Porto da Imetame Logística.

Silvio Costa Filho destacou que o terminal terá a capacidade de receber navios de grande porte, o que é crucial para a criação de emprego e renda para a população. "Sempre digo que o maior programa social do Brasil é o emprego e a renda. Durante o pico das obras do Porto, estão previstos

650 empregos diretos e mais 300 indiretos", afirmou, ressaltando a importância do complexo para a economia do estado.

O secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, disse que o porto tem uma posição estratégica, importante no escoamento de grãos. "É um projeto fantástico com potencial já com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, podendo chegar até R\$ 4 bilhões. Algo que, com toda certeza, com a localização estratégica da região, venha a contribuir com o fortalecimento do setor portuário e com a ampliação da capacidade e elevação do nível de serviço. É tudo que a gente precisa para fazer o nosso setor avançar cada vez mais", declarou.

A infraestrutura parcial do Porto da Imetame está prevista para iniciar operações no segundo semestre de 2025, com a inauguração oficial agendada para o segundo semestre de 2026. No primeiro ano de operação, a previsão é de movimentar 80 mil contêineres e 500 mil toneladas de carga geral.

Aeroporto de Vitória

Costa Filho também realizou visita técnica ao Aeroporto Internacional de Vitória, operado pela Zurich Airport Brasil desde 2020. O local tem capacidade para 8,4 milhões de passageiros por ano. Entre janeiro e junho de 2024, já movimentou aproximadamente 1,5 milhão de passageiros, em rotas que conectam o sudeste e nordeste do país.

Entre as melhorias na área de experiência do passageiro, estão os projetos Aeroporto Silencioso e Aeroporto Para Todos, com a sala multissensorial e banheiros para animais de suporte emocional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/07/2024

NAVIO DE 366 METROS ATRACA PELA PRIMEIRA VEZ NO PORTO DE SALVADOR

Com a chegada do navio MSC Orion, o Porto de Salvador se consolida como hub de longo curso na Região Nordeste



Porta-contêineres da classe 366 m - Foto: Codeba

Em um marco histórico para a navegação brasileira, o Terminal de Contêineres do Porto de Salvador (Tecon) recebe na próxima quarta-feira (24), o primeiro navio com 366 metros de comprimento a atracar em um cais de todo o Nordeste, sendo também pela primeira vez a operar no Brasil com carga máxima.

Com a chegada do navio MSC Orion, o Porto de Salvador se consolida como hub de longo curso na Região Nordeste. A embarcação vai operar com a capacidade máxima de 15 mil TEUs (contêiner padrão de 20 pés), o que equivale a 100 mil toneladas.

Esse tipo de operação pioneira só foi possível a partir da utilização de um sistema de calado dinâmico – ferramenta que permite o cruzamento de dados sobre as características das embarcações, ventos, correntes, ondas e marés, para otimização da utilização dos canais de acesso, em situações de restrição de quilha - o sistema ReDRAFT.

A autorização para atracamento e operação foi concedida em maio de 2024, em ação conjunta da Autoridade Portuária da Bahia (Codeba) com arrendatários e a Marinha do Brasil, através da Capitania dos Portos do 2º Distrito Naval.

A tão aguardada chegada dos navios porta-contêineres da classe 366 m, com carga total, vai permitir um crescimento exponencial na movimentação de cargas no Tecon Salvador, que é administrado pelo Grupo Wilson Sons, um dos arrendatários da Codeba.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/07/2024

 Presidência da República

 Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES COMEMORA 164 ANOS DE SERVIÇOS AO PAÍS

“Sustentabilidade é a palavra deste aniversário. Temos o desafio de inserir de uma maneira cada vez mais forte essa questão na agenda”, declarou o secretário-executivo George Santoro



Auditório do Ministério dos Transportes foi palco da celebração para funcionários, servidores e colaboradores - FOTO: Marcio Ferreira/MT

A data de aniversário é domingo, dia 28 de julho. Mas, para prestigiar o trabalho de funcionários e colaboradores do Ministério dos Transportes, uma cerimônia foi realizada nesta quinta-feira (25), no auditório Professor Lourenço Chehab. O evento teve a presença da secretária de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, do subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, autoridades e servidores da casa. O secretário-

executivo, George Santoro, abriu a comemoração com uma breve fala sobre a importância do que é feito pelos colegas.

“A gente fez muita coisa em praticamente um ano e meio de trabalho nessa nova gestão. E agora temos um desafio adicional. Sustentabilidade é a palavra deste aniversário. Temos o desafio de inserir de uma maneira cada vez mais forte essa questão na agenda. Temos que nos antecipar às mudanças climáticas que estão acontecendo e que ainda vão acontecer mais intensamente nos próximos anos”, argumentou.

Santoro ainda pediu uma salva de palmas para toda a equipe do ministério que atuou no Rio Grande do Sul, alcançando reconhecimento da população e do país. “Fizeram um trabalho muito especial, pois em um tempo muito curto permitiram o acesso às equipes de socorro, a todos os outros órgãos públicos do Brasil inteiro que foram ajudar”, detalhou o secretário-executivo.

Durante a celebração, também foi apresentado um vídeo com os principais méritos do Ministério dos Transportes neste último ano, como o índice de qualidade de rodovias que chegou a alcançar 71% de rodovias federais consideradas boas e a inauguração do maior Ponto de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros da história do Brasil. Tudo acompanhado dos depoimentos de quem mais importa: as pessoas beneficiadas pelo trabalho da pasta.

Por fim, o secretário-executivo também valorizou a sinergia entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Infra S.A. “As casas todas estão se falando, isso é muito relevante. Porque quando há integração dos trabalhos, cada um nas suas competências, a gente consegue avançar de uma maneira bastante efetiva”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 26/07/2024

VIADUTO E PONTE SÃO ENTREGUES PARA MELHORAR MOBILIDADE E SEGURANÇA EM CONSELHEIRO LAFAIETE (MG)

Com mais de R\$ 46 milhões em investimento de concessionária, obras beneficiam mais de 130 mil pessoas. São Brás do Suaçuí, cidade vizinha, recebeu oficina de manutenção de equipamentos que vai fomentar a economia local



**Obras em Conselheiro Lafaiete (MG) vão beneficiar mais mais de 130 mil pessoas - FOTO: Saul Carvalho/MRS
FOTO: Júlia Schiaffarino/MT**

O tempo escorria e Carlos Roberto dos Santos esperava. Tanto que ficar uma hora no trânsito, todo dia, aguardando o trem que corta Conselheiro Lafaiete passar, virou costume. O comerciante deu até um suspiro ao antecipar que agora vai poder simplesmente acessar o viaduto Padre Ermano José e seguir dirigindo sem interrupção até chegar em casa. “Acho que vai melhorar muito a mobilidade e não só dentro da cidade. Quem sai no sentido de Belo Horizonte também vai ter a vida mais fácil”, opinou.

O novo viaduto foi entregue junto com a ponte Geraldo Dias Moreira nesta quinta-feira (25), após dez meses de trabalho e mais de R\$46 milhões de reais investidos pela concessionária MRS. A responsável pela linha férrea conduziu as obras em parceria com a prefeitura da cidade para melhorar a segurança ferroviária e o trânsito na região, com a eliminação de duas passagens em nível. O viaduto e a ponte fazem parte do plano de investimentos da MRS para renovação da concessão da empresa, aprovada em julho de 2022. As intervenções rodoviárias realizadas em Conselheiro Lafaiete devem beneficiar cerca de 131 mil pessoas.

O secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, participou da inauguração e mencionou o quanto obras assim mudam a vida de quem vive no local. “Quando uma ferrovia passa por uma cidade, ela traz ganho econômico, mas também alguns problemas que precisam ser resolvidos”, ponderou. “Agora temos uma resolução. Essa obra representa o comprometimento do Governo Federal em investir no setor de ferrovias, garantindo ao mesmo tempo a segurança das pessoas. Isso vai gerar renda, mobilidade urbana e desenvolvimento”, complementou.

Falando de desenvolvimento, o presidente da MRS, Guilherme Segalla de Mello, detalhou em números o efeito da obra. “São dez quilômetros de impacto direto em deslocamento. No horário de pico aqui, são 430 veículos em um sentido, 350 no outro. Ao longo do dia, 4 mil carros passam nesse ponto. Melhoramos a vida de cada um desses condutores e da cidade como um todo, incluindo dos cerca de 120 trabalhadores que fizeram tudo acontecer”, enumerou.

Maior mobilidade urbana

O novo viaduto fará as ligações entre as ruas Antônio Aureliano e Valério Eugênio, o que dará acesso à região central da cidade, bem como a vários bairros do entorno, como Lourdes, Campo Alegre e Santa Efigênia. Outro benefício trazido é uma ligação para saída por Ouro Branco. Já a ponte proporciona acesso direto à rua Barreto com a Antônio Aureliano, dando mais agilidade de locomoção para o centro da cidade e outras ligações. Por fim, a rua Barreto deixa de ser sem saída para fazer parte das alternativas de mobilidade da cidade, favorecendo tanto pedestres quanto veículos.

O secretário também participou da inauguração da oficina de manutenção de equipamentos de via da concessionária MRS em São Brás do Suçuaí, a 32 quilômetros de Conselheiro Lafaiete. A nova oficina tem como destaque um melhor controle de peças e estoque de componentes para a linha férrea, além de aumentar a capacidade de manutenção em um menor tempo.

Malha extensa

A concessionária MRS é uma operadora logística responsável pela administração de 1.643 quilômetros de malha ferroviária que atravessa os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas ferrovias conectam cinco regiões produtoras de commodities minerais e agrícolas a alguns dos principais parques industriais do país e aos maiores portos da região Sudeste, com transporte de produtos diversificados, desde insumos agrícolas a carvão e minério de ferro. De acordo com a concessionária, 20% de tudo que o Brasil exporta e um terço de toda carga transportada por trens no país passam por trilhos da MRS.



Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 26/07/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A primeira chamada pública para projetos-piloto em transição energética, lançada pelo Hub de Descarbonização da Indústria, marca um passo significativo na busca pela economia verde no Brasil. Este esforço conjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), em colaboração com o governo britânico, é um exemplo eloquente de como a cooperação internacional pode fomentar inovações sustentáveis e transformar a indústria.

A plataforma, coorganizada por Brasil e Reino Unido, destina-se a mobilizar investimentos internacionais em projetos que impulsionem a descarbonização da indústria brasileira. A iniciativa não apenas promove a transição para uma economia mais sustentável, mas também coloca o Brasil na vanguarda dos esforços globais para mitigar as mudanças climáticas. Projetos nas áreas de transição energética, descarbonização industrial, minerais críticos, hidrogênio limpo e energia inteligente são o foco desta primeira chamada, com financiamentos que variam entre R\$ 7 milhões e R\$ 35 milhões.

A importância deste movimento é evidente. O setor industrial é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, e a transição para práticas mais sustentáveis é crucial para reduzir a pegada de carbono global. A implementação de tecnologias de descarbonização pode transformar processos industriais, reduzindo emissões e aumentando a eficiência energética. Além disso, o desenvolvimento de minerais críticos e hidrogênio limpo são pilares fundamentais para uma economia baseada em energias renováveis.

O Programa Accelerate-to-Demonstrate (A2D) da Unido, com o apoio do governo britânico, viabiliza esses projetos estratégicos, alavancando a economia verde no Brasil. Esta iniciativa se alinha perfeitamente com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Industrial e com a implementação do Nova Indústria Brasil, evidenciando um compromisso sério com o desenvolvimento sustentável. Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, destacou a relevância deste programa, que representa mais do que uma oportunidade econômica – é uma necessidade ambiental.

A criação do Hub de Descarbonização da Indústria, formalizada durante a COP 28, demonstra o papel ativo do Brasil em debates climáticos globais. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas é uma plataforma crucial para a formulação de políticas e acordos internacionais que buscam mitigar os impactos das mudanças climáticas. Ao se posicionar como líder em iniciativas de descarbonização, o Brasil não só fortalece sua imagem internacional, mas também promove o desenvolvimento de tecnologias verdes e soluções inovadoras que podem ser replicadas em outros países.

A economia verde representa o futuro. A transição para uma economia que respeite os limites ambientais é imperativa para garantir a sustentabilidade a longo prazo. A descarbonização das atividades econômicas não é apenas uma meta desejável; é uma necessidade urgente para combater os efeitos devastadores das mudanças climáticas. Ações concretas, como as promovidas pelo Hub de Descarbonização da Indústria, são essenciais para alcançar esses objetivos.

Ao promover projetos-piloto de descarbonização, o Brasil está investindo no futuro, criando um ambiente propício para inovações sustentáveis que beneficiarão não só a economia nacional, mas

também a saúde do planeta. Este é um exemplo inspirador de como políticas públicas visionárias, aliadas à cooperação internacional, podem trazer mudanças positivas e duradouras. A economia verde não é uma opção; é o caminho necessário para um futuro sustentável e próspero.

Fonte: **BE NEWS – BRÁSIL EXPORT**

Data: 26/07/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MALHA SUL 1

Representantes dos setores industrial e de transportes do Paraná - grupo batizado como G7 - apresentaram um estudo inédito sobre suas necessidades e como elas podem ser atendidas com a nova concessão da Malha Ferroviária Sul em curto, médio e longo prazos. A pesquisa foi entregue ao secretário estadual da Infraestrutura, Sandro Alex, nesta semana. A Malha Sul, que passa pelo Paraná, tem sua concessão válida até fevereiro de 2027.

MALHA SUL 2

Segundo o coordenador do G7, coronel Sérgio Malucelli, "a ideia é que o processo de modelagem da nova concessão atenda as demandas do setor produtivo, grande usuário deste modal, que seja algo que ofereça investimentos, otimize recursos e malhas, trazendo alívio, inclusive, nos valores de frete". O grupo destacou que não tem preferência por uma das possíveis soluções – a prorrogação do contrato ou a realização de uma nova licitação. "Contudo o processo precisa ser feito com muita celeridade, transparência, com a participação de toda a sociedade e que haja ganhos consistentes para o crescimento do nosso Estado e do setor produtivo", destacou o coronel.

SEGURANÇA FERROVIÁRIA 1

O Ministério dos Transportes inaugurou o Viaduto Padre Ermano José Ferreira e a Ponte Geraldo Dias Moreira, em Minas Gerais, nessa quinta-feira, dia 25. O projeto, desenvolvido pela MRS Logística em parceria com a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete, representa um investimento de R\$ 46 milhões para melhorar a segurança ferroviária e a mobilidade urbana na cidade.

SEGURANÇA FERROVIÁRIA 2

O viaduto, com 160 metros de extensão, e a ponte, com 40 metros, foram projetados para facilitar o trânsito na área urbana, proporcionando uma integração mais segura entre a ferrovia e o ambiente urbano. As construções fazem parte do Plano de Investimentos da MRS, aprovado em julho de 2022, e foi realizada com o apoio do Ministério dos Transportes, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

SEGURANÇA FERROVIÁRIA 3

O secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, destacou o impacto positivo de projetos de infraestrutura na vida dos moradores locais, beneficiando aproximadamente 131 mil pessoas. Para o diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, "uma obra como essa vai diminuir o número de acidentes e interdições, aumentando eficiência do transporte, melhorando a vida e, por consequência, diminuindo as reclamações que recebemos na ANTT".

Fonte: **BE NEWS – BRÁSIL EXPORT**

Data: 26/07/2024

REGIÃO SUDESTE - MINISTRO VISITA PORTO BILIONÁRIO DO ES DE OLHO NO CRESCIMENTO DO ESTADO



Porto Imetame, em Aracruz, tem previsão para iniciar operações no segundo semestre de 2025

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br

Silvio Costa Filho e o governador Renato Casagrande em um guindaste utilizado na obra: segundo o Ministério de Portos e



Aeroportos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no terminal. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, visitou as obras do futuro terminal privado da Imetame, localizado no município de Aracruz, no norte do Espírito Santo. Costa Filho destacou a importância do futuro empreendimento, que terá papel importante para o crescimento industrial e comercial do estado e de outros estados vizinhos.

O projeto inclui um complexo de terminais privados com administração portuária própria, abrangendo terminais para os segmentos de contêineres, grãos, carga geral e graneis líquidos.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), serão investidos R\$ 2,7 bilhões no terminal, cuja construção está em andamento. Os investimentos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“Será um porto muito estratégico, porque vai atuar com graneis sólidos, líquidos, grãos e contêineres. Estamos falando de um porto multimodal. E a gente quer dialogar e ajudar a iniciativa privada para que ela possa prover cada vez mais investimentos”, comentou o ministro.

Com 17 metros de calado, o futuro terminal apresenta totais condições para receber os maiores navios do mundo, ampliando a competitividade do setor.

Além disso, segundo Costa Filho, ele será importante para atender uma crescente demanda da região, impulsionada pela atividade industrial do Espírito Santo, bem como o crescimento da agricultura e pecuária do Centro-Oeste e Minas Gerais, que poderão ser beneficiados com o Porto Imetame como uma saída para exportação de produtos.

A infraestrutura parcial do Porto da Imetame está prevista para iniciar operações no segundo semestre de 2025, com a inauguração oficial no segundo semestre de 2026. No primeiro ano de operação, a previsão é de movimentar 80 mil contêineres e 500 mil toneladas de carga geral.

De acordo com o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, os investimentos no futuro terminal privado podem chegar a R\$ 4 bilhões. “Com a localização estratégica da região, com toda a certeza vai contribuir com o fortalecimento do setor e com a ampliação de capacidade e elevação do nível de serviço”, declarou.

Aeroporto

Durante sua agenda no Espírito Santo, Costa Filho realizou uma visita técnica no Aeroporto de Vitória, junto de representantes da Zurich Airport, concessionária que administra o terminal, e o governador Renato Casagrande (PSB).

Segundo o ministro, conforme o plano de investimentos e crescimento da malha aérea brasileira, a tendência é aumentar a oferta de voos a partir da capital capixaba.

“No ano de 2023 e 2024 nós praticamente não tivemos crescimento no número de passageiros, então queremos ampliar com novas rotas de voos”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/07/2024

REGIÃO SUDESTE - COSTA FILHO VAI CONVOCAR REUNIÃO PARA SOLUCIONAR GARGALOS DO ES

Setores automotivo, café e da rocha realizaram uma carta citando problemas e prejuízos no estado

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou na quinta-feira, 25 de julho, da solenidade de posse do novo presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Paulo Baraona, um de seus compromissos durante agenda oficial no estado. Em seu discurso, o

ministro de Portos afirmou que vai reunir autoridades do Espírito Santo para tratar dos gargalos logísticos no estado manifestados neste mês de julho.

“Vamos chamar uma reunião, em Brasília, para debater o problema e encontrar uma solução emergencial. Todos os lados serão convocados para apresentarem as suas dores e, claro, sugestões. Vamos chamar operadores, autoridade portuária, entidades, empresários e representantes da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). É um compromisso meu acomodar as demandas dos setores automotivo, do café, da rocha e todos os demais. Vamos achar uma solução”, declarou Costa Filho.

O ministro disse que vai agendar a reunião e espera a presença do governador Renato Casagrande, bem como da diretoria da VPorts, concessionária que administra os portos de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho.

Falta de estrutura

As preocupações com os problemas logísticos no estado escancararam quando o Centro do Comércio de Café de Vitória (CCCV) e o Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (Centrorochas) divulgaram uma carta às autoridades do setor no Espírito Santo, em que manifestaram preocupação com a falta de estrutura logística portuária que vem causando prejuízos aos respectivos setores.

No documento, as entidades citam a formação de filas de navios nos berços de atracação e escassez de contêineres nos terminais portuários, que vem ocasionando atrasos e descumprimentos de prazos contratuais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/07/2024

NACIONAL - GOVERNO VAI INVESTIR ATÉ R\$ 35 MI EM PROJETOS VOLTADOS À DESCARBONIZAÇÃO



Hub em parceria com o Reino Unido vai disponibilizar recursos para projetos em áreas de transição energética

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebenews.com.br

Os projetos-pilotos com foco em áreas temáticas poderão receber entre R\$ 7 milhões e R\$ 35 milhões, de acordo com a necessidade dos projetos, para desenvolver os trabalhos. Foto: Divulgação

O Hub de Descarbonização da Indústria, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), lançou a primeira chamada pública para projetos-piloto em transição energética. O hub é uma plataforma coorganizada por Brasil e Reino Unido com o objetivo de mobilizar investimentos internacionais em projetos de descarbonização da indústria brasileira.

Os projetos-pilotos com foco nas áreas temáticas de transição energética; descarbonização industrial; minerais críticos, hidrogênio limpo e energia inteligente (digitalização) poderão receber entre R\$ 7 milhões e R\$ 35 milhões, de acordo com a necessidade dos projetos, para desenvolver os trabalhos.

Os investimentos serão repassados por meio do Programa Accelerate-to-Demonstrate (A2D) da UNIDO, com apoio do governo britânico.

“O Programa Acelerar para Demonstrar (A2D) é mais uma iniciativa relevante do Hub de Descarbonização da Indústria e da UNIDO para viabilizar o desenvolvimento de projetos estratégicos e pioneiros para alavancar a economia verde do Brasil. Alinha-se com a Estratégia Nacional de

Desenvolvimento Industrial para a implementação do Nova Indústria Brasil”, explicou o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollemberg.

O hub foi criado em março por Rollemberg e a secretária de Estado da Segurança Energética e Neutralidade de Carbono do Reino Unido, Claire Coutinho, durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2023, conhecida como COP 28. Essa foi a 28ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada entre 30 de novembro a 12 de dezembro na Expo City, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Serviço

Os projetos em potencial devem se inscrever através do portal <https://www.unido.org/get-involved-procurement/procurement-opportunities>. A data limite é às 11 horas do dia 19 de agosto. Segundo o MDIC, no Portal de Aquisições da UNIDO, colocando o número 7000007043 (código do evento), os candidatos podem conferir, ainda, os critérios de elegibilidade e o processo de aplicação, além de todas as informações sobre a chamada. A pasta também informa que dúvidas podem ser tiradas pelo e-mail procurement@unido.org.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/07/2024

REGIÃO NORTE - GOVERNO FEDERAL RECONHECE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ACRE

O Rio Acre, principal fonte de abastecimento de Rio Branco, chegou ao menor nível registrado para o período em cinco anos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Rio Acre, principal fonte de abastecimento de Rio Branco, chegou ao menor nível registrado para o período em cinco anos, estando a apenas 30 centímetros da menor cota histórica. Nesta quarta-feira (24), o manancial média 1,55 metro, enquanto a marca mínima histórica, registrada em outubro de 2022, é de 1,25 metro. Foto: Harlei Cardoso/Secom

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Defesa Civil Nacional, reconheceu, nesta quarta-feira (24), a situação de emergência em Rio Branco, no Acre, que enfrenta um período de estiagem. A portaria com a medida foi publicada em edição do Diário Oficial da União nesta terça-feira (23). A capital decretou estado de emergência no dia 28 de junho, devido à estiagem.

Agora, as prefeituras estão aptas a solicitar recursos do Governo Federal para ações de defesa civil, como compra de cestas básicas, água mineral, refeição para trabalhadores e voluntários, kits de limpeza de residência, higiene pessoal e dormitório, entre outros.

O Rio Acre, principal fonte de abastecimento de Rio Branco, chegou ao menor nível registrado para o período em cinco anos, estando a apenas 30 centímetros da menor cota histórica. Nesta quarta-feira (24), o manancial média 1,55 metro, enquanto a marca mínima histórica, registrada em outubro de 2022, é de 1,25 metro. Desde que as medições começaram, em 1971, esta situação é uma das mais críticas já enfrentadas.

A Bacia do Rio Acre está em situação de alerta máximo para seca, exacerbada pela escassez de chuvas na região. Este cenário é alarmante, especialmente em contraste com o que foi vivenciado entre fevereiro e março deste ano, quando o Acre passou pela segunda maior enchente de sua história desde 1971. Naquela ocasião, a inundação causada pelo Rio Acre forçou mais de 11 mil pessoas a deixarem suas casas.

Em Rio Branco, a falta de chuvas tem sido uma constante. O único dia de chuva registrado neste mês foi em 8 de julho, com 58,6 milímetros. No restante do mês, não houve precipitação. Em junho,

o acumulado de chuvas nos 30 dias foi de apenas 21,1 milímetros. Este cenário agrava ainda mais a situação de seca, deixando a população em alerta e preocupada com o abastecimento de água e a sustentabilidade da região.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/07/2024

REGIÃO NORTE - LIMINAR SUSPENDE LICENÇA PRÉVIA PARA ASFALTAMENTO DA BR-319

A via é o principal acesso terrestre entre o Amazonas e Rondônia com o restante do país

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebeneews.com.br



Construída nos anos 1970 e depois abandonada pelas gestões posteriores, a BR-319 possui 880 km e atravessa uma região rica em biodiversidade na região amazônica. Foto: Divulgação

Uma decisão liminar da 7ª Vara Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Amazonas suspendeu na quinta-feira (25) a Licença Prévia (LP nº 672/2022) para a reconstrução e asfaltamento do trecho do meio da BR-319 (Manaus-Porto Velho). A licença foi concedida em 2022, pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

A juíza Maria Elisa Andrade deferiu a ação civil pública ajuizada pelo Observatório do Clima, uma coalizão de organizações da sociedade civil para discutir mudanças climáticas, que pedia a anulação da licença concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A via é o principal acesso terrestre entre o Amazonas e Rondônia com o restante do país e foi um dos temas do Norte Export 2024, que aconteceu nos últimos dias 22 e 23, em Palmas, no Tocantins.

Em nota, o Observatório do Clima disse que “a ação aponta que a licença desconsiderou dados técnicos, análises científicas e uma série de pareceres elaborados pelo próprio Ibama ao longo do processo de licenciamento ambiental”.

Entre os motivos determinantes da liminar, a juíza Maria Elisa acatou a necessidade de preexistência de governança ambiental e controle do desmatamento antes da recuperação da rodovia, sob pena de não se evitar o dano ambiental já previsto para as áreas do entorno.

Em seu despacho, a magistrada destacou que “se a destruição da Floresta Amazônica não pode ser evitada, a menos que previamente estabelecidas e efetivadas políticas públicas de controle, fiscalização, prevenção e repressão às infrações e crimes ambientais associados ao desmatamento e grilagem de terras públicas; não estamos a tratar de outra questão senão inviabilidade ambiental do empreendimento da BR-319, independentemente de quem seja responsável por tais políticas públicas de controle e prevenção do desmatamento. Logo, não se trata de ‘pré-condicionantes’ ao licenciamento, mas de verdadeira inviabilidade ambiental da obra, até que o cenário de governança ambiental e fundiária seja drasticamente fortalecido por diferentes atores públicos”.

A juíza também reconhece na liminar a necessidade de considerar estudos de impactos climáticos e que isso implica subdimensionamento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), comprometendo tanto o controle governamental, como também o controle público.

“Em última análise, o subdimensionamento dos impactos ambientais de grandes empreendimentos tende a esvaziar compromissos nacionais assumidos para mitigar a crise climática”, diz a decisão.

Caso a liminar seja descumprida, uma multa de R\$ 500 mil será aplicada sobre o patrimônio do agente público responsável.

Reação

A coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, disse que fez-se justiça e ressaltou a importância da decisão. “A Licença Prévia concedida pelo governo Bolsonaro para a reconstrução do trecho do meio da BR-319 é nula. A LP que foi suspensa atestou a viabilidade de uma obra que gerará muita degradação ambiental e não há condicionantes nela que assegurem o controle da explosão do desmatamento que o asfaltamento da estrada vai causar”, afirma.

O secretário-executivo do órgão, Marcio Astrini, afirmou que o trabalho do Ibama e de seus técnicos venceu a decisão de cunho político. “A verdadeira condicionante para a estrada é que ela não acelere a destruição da floresta, e está bem claro que hoje essa garantia não passa nem perto de existir”, conta.

Conforme já noticiado pelo BE News, o ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou, no começo do ano, que a reconstrução da BR-319 é uma prioridade do governo, mas ressaltou que os estudos de viabilidade é que vão decidir se vai haver asfaltamento e como ele será feito.

Construída nos anos 1970, ainda durante a ditadura militar, e depois abandonada pelas gestões posteriores, a BR-319 possui 880 km e atravessa uma região rica em biodiversidade na Amazônia. Cientistas alertam para a pressão do desmatamento e do agronegócio na área. Atualmente, só os trechos próximos a Porto Velho e Manaus são trafegáveis. O “trecho do meio”, de 400 km, fica intrafegável na estação chuvosa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/07/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVO BERÇO

Novo berço visa desafogar a ocupação do cais, que chegou a 91% no fim do ano passado

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



Novo berço terá profundidade de 18 metros e dimensão de 320m x 40m, o que permitirá a atracação de navios de grande porte, além de aumentar a capacidade de exportação do porto em mais de 8 milhões de toneladas por ano, impulsionando em 20% o seu faturamento anual.
Foto: Divulgação

Administração Portuária (EMAP), que administra o complexo, afirmou que “a primeira camisa metálica do novo berço foi cravada, simbolizando o início construtivo do projeto que ampliará a capacidade de exportação do estado do Maranhão”. Este é um dos cinco berços que o complexo maranhense quer construir para desafogar a ocupação do cais, que chegou a 91% no fim do ano passado. O berço, voltado a graneis sólidos vegetais, deve ficar pronto em 2026.

Com investimento de R\$ 289 milhões, o novo berço terá profundidade de até 18 metros e dimensão de 320m x 40m, o que permitirá a atracação de navios de grande porte, além de aumentar a capacidade de exportação do porto em mais de 8 milhões de toneladas por ano, impulsionando, em cerca de 20% o seu faturamento anual.

“O Berço 98 é um projeto estratégico para o desenvolvimento econômico do Maranhão. Com ele, consolidaremos nossa posição como um dos principais portos do Brasil e abriremos novas oportunidades para os produtores locais. Estamos comprometidos em entregar esta obra no prazo,

garantindo qualidade e eficiência em todas as etapas”, disse o presidente do Porto do Itaqui, Gilberto Lins.

O diretor de Engenharia e Manutenção da EMAP, Ricardo Miranda, explicou o andamento da obra. “Em breve, começaremos o posicionamento e cravação da segunda camisa metálica e seguiremos com um trabalho contínuo e intenso até a conclusão da obra”, afirma.

Ao expandir sua capacidade de movimentação de cargas, o Porto do Itaqui se posiciona como um hub logístico estratégico, conectando o estado ao mundo e impulsionando o crescimento econômico por muitas décadas.

Atualmente, o Porto do Itaqui possui nove berços de atracação – dois deles os públicos mais produtivos do Brasil. Ambos contribuem para que o Porto seja o primeiro do Arco Norte e o primeiro da região Norte/Nordeste em movimentação de cargas, segundo a EMAP.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/07/2024

PORTO DE SANTOS - APS PREPARA ESTUDOS PARA APROFUNDAMENTO DO CANAL PARA 16M

Após esta primeira fase, Autoridade Portuária fará concessão do canal para 17 m de profundidade
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



A melhoria na infraestrutura aquaviária no Porto de Santos permitirá a presença de navios maiores que os de 366 metros, que possuem capacidade para movimentar até 15 mil TEU. Foto: Divulgação/APS

O Porto de Santos (SP), o maior complexo portuário do país, se prepara para finalizar os estudos técnicos referentes à dragagem de aprofundamento do canal aquaviário. O plano da Autoridade Portuária de Santos (APS) é realizar o aprofundamento inicialmente para 16 metros e, posteriormente, para 17 metros, levando em conta as projeções de crescimento de carga e navios.

A melhoria na infraestrutura aquaviária permitirá a presença de navios maiores que os de 366 metros, que possuem capacidade para movimentar até 15 mil TEU.

De acordo com a APS, neste momento encontra-se em elaboração o anteprojeto da dragagem de aprofundamento para 16 metros – atualmente o estuário santista tem profundidade de 15 metros.

Os estudos técnicos estão sob responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) e da Universidade Estadual de Campinas (SP).

O aprofundamento para 16 metros é considerado, de acordo com a APS, uma medida a curto prazo para garantir calado aos grandes navios que adentram o complexo marítimo. Segundo o cronograma da APS, estão previstos investimentos na ordem de pouco mais de R\$ 324 milhões.

Já a médio prazo, serão viabilizados estudos referentes ao aprofundamento do canal de navegação para 17 metros.

Conforme já anunciado pela APS, a profundidade de 17 metros no canal aquaviário de Santos será concedida à iniciativa privada, que fará a gestão da via marítima em um modelo de parceria público-privada (PPP).

Os estudos técnicos para o projeto estão sendo realizados pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Esta nova etapa vai demandar investimentos de R\$ 6 bilhões oriundos do setor privado e permitirá a plena operação de navios maiores no cais santista. O ministro Silvio Costa Filho já havia afirmado que trata-se da maior obra do tipo no setor brasileiro.

Em nota enviada ao BE News, a APS informou que, para fins de otimização das operações de dragagem no Porto de Santos, está viabilizando estudos técnicos para avaliar alternativas de obras de engenharia que visem reduzir os montantes a serem dragados para a manutenção dos futuros gabaritos, bem como para garantir um entendimento mais aprofundado dos processos sedimentares atuantes no ambiente em que o complexo portuário se encontra instalado.

A Autoridade Portuária informou, também, que a dragagem para manutenção das profundidades em 15 metros continua a ser feita. Já a dragagem dos berços no cais do Armazém 12A encontra-se em fase de conclusão.

Demanda

Na quarta-feira, 24 de julho, o Terminal de Contêineres (Tecon) de Salvador (BA), operado pela Wilson Sons, recebeu o meganavio MSC Orion, de 366 metros de comprimento. A embarcação é a primeira dessa classe a navegar na Baía de Todos-os-Santos e conta com um calado de 16 metros e capacidade para transportar até 15 mil TEU. A operação movimentou 700 contêineres.

Com profundidade adequada para o recebimento de navios de grande porte, destaca-se a atenção para melhoria na infraestrutura de acessos aquaviários, um dos grandes desafios para as Autoridades Portuárias do país.

Como exemplo, o Porto de Santos já recebeu duas escalas de navios de 366 metros. Embarcações deste tipo também já realizaram atracação nos portos de Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS).

Com a alta demanda de cargas, o Porto de Santos se prepara para receber navios de até 400 metros de comprimento. Essa expectativa também está para os terminais portuários que operam contêineres, visando aumento de competitividade e da movimentação do setor.

O Porto de Santos apresentou um excelente desempenho no primeiro semestre de 2024, com 2,6 milhões de TEUS operados nos dois fluxos, embarques e desembarques. Para o período, houve crescimento de 16,5% em relação ao ano passado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/07/2024

NACIONAL - DNIT INTENSIFICA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CONTORNO VIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



A BR-280/SC é importante para o escoamento de produtos do Planalto Norte e Norte de Santa Catarina, regiões com forte presença de indústrias moveleiras, de motores elétricos, papel, agronegócio e têxtil. Foto: Divulgação/DNIT

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) anunciou nesta quinta-feira (25) a intensificação das obras do Contorno Viário de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. O trecho, com 23,8 km de extensão, faz parte da duplicação da BR-280/SC e recebeu mais de R\$167,5 milhões em investimentos nos últimos 18 meses.

A expectativa é que as melhorias ofereçam alternativas ao trânsito urbano do município, separando o tráfego local do de longa distância, o que é essencial para o transporte de cargas destinadas à exportação pelos portos do litoral norte catarinense.

A obra já avançou 60%. Segundo o governo, está previsto que novos segmentos do empreendimento sejam concluídos até o final de 2024. O projeto inclui a construção de uma nova ponte sobre o rio Itapocu, túneis sob o Morro do Vieira e 11 viadutos que beneficiarão as cidades de Guaramirim, Schroeder e Jaraguá do Sul.

De acordo com o DNIT, os recursos estão sendo direcionados para ações de terraplenagem, pavimentação e construção de viadutos, pontes, túneis e acessos, com o objetivo de criar um novo corredor para o transporte de cargas.

A BR-280/SC é importante para o escoamento de produtos do Planalto Norte e Norte de Santa Catarina, regiões com forte presença de indústrias moveleiras, de motores elétricos, papel, agronegócio e têxtil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/07/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

FORD VAI AMPLIAR INSTALAÇÕES NA BAHIA COM NOVO PRÉDIO NO CIMATEC PARK

Por Victoria Isabel - 26/07/2024 12:58



O Centro de Desenvolvimento e Tecnologia da Ford vai ampliar suas instalações no SENAI CIMATEC Park, em Camaçari, na Bahia, com a construção de um novo prédio dedicado à área de engenharia. A solenidade de assinatura do contrato para a execução das obras foi realizada ontem (25) com a presença de autoridades do Governo da Bahia, empresários e representantes da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

O ato marcou também o início da construção do primeiro prédio do Science Park, novo polo colaborativo do CIMATEC Park para o desenvolvimento científico conectado com os desafios das indústrias baianas e do Brasil.

O Science Park será um polo colaborativo para o desenvolvimento científico, conectado com os desafios das indústrias baianas e do Brasil. O prédio será o ponto de partida para duas frentes: apoiar o desenvolvimento de ciência e pesquisa com espaços reservados para universidades, institutos de tecnologia e centros de pesquisa parceiros da Bahia, do Brasil e do exterior. A outra frente abrigará as startups conectadas com o sistema do CIMATEC, e contará com investimento do edital Parque Tecnológico, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Carlos Henrique Passos, reforçou a importância dessa ampliação para o Estado da Bahia. “O início das obras do Science Park marca um momento histórico para a Bahia, impulsionando nosso compromisso com a inovação e o desenvolvimento sustentável. Este centro de excelência não apenas atrairá investimentos, mas também fortalecerá a colaboração entre universidades, indústrias e startups, fomentando um ecossistema vibrante de tecnologia e ciência”, enfatizou o presidente.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 26/07/2024

NOVO MODELO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA BAHIA É ELOGIADO POR CONSELHEIRO DO TCE

Por Bruna Carvalho - 26/07/2024 12:23 - Atualizado 26/07/2024



O novo modelo da Prestação de Contas do Governo da Bahia, produzido pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), foi tema de artigo escrito pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba), Inaldo da Paixão, e publicado na edição do jornal Tribuna da Bahia da última segunda-feira (22), na coluna Ponto de Vista. No texto, o ex-presidente do órgão durante o período de 2014 a 2017 afirma ter tido uma “agradável surpresa” ao verificar que o documento do exercício de 2023, denominado “Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado”, foi elaborado baseando-se nas práticas internacionais para o Relato Integrado.

O propósito do modelo de “Relato Integrado” é mudar a forma como as organizações prestam contas às partes interessadas, tendo a criação de valor como ponto principal do relatório, e apresentando uma análise mais detalhada das informações contábeis e fiscais, com o uso de uma linguagem de fácil entendimento.

Dois aspectos positivos destacados pelo conselheiro do TCE em seu artigo são a publicação, em uma única folha, da análise simplificada dos dados contábeis, e a apresentação de uma visão geral organizacional e do ambiente externo, com ênfase na estrutura e nas ações de governança. “Esses relatórios divulgados constituem um valioso instrumento para a compreensão e para o controle social, assim como servem como uma rica fonte de pesquisa para estudantes, professores e outros usuários interessados”, afirmou Inaldo da Paixão.

A prestação de contas do Estado é entregue anualmente pelo Governo para a Assembleia Legislativa, dentro do prazo que determina a Constituição do Estado da Bahia em seu artigo 105, inciso XV. O material é elaborado pela Superintendência de Administração Financeira (SAF) da Sefaz, sob a coordenação da Diretoria de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Dicop). Uma cópia do documento fica disponível no prédio-sede da Sefaz-Ba para consulta, e o material é publicado no www.sefaz.ba.gov.br, canal Finanças Públicas/Prestação de Contas.

“Em 2023, buscando o alinhamento às melhores práticas de elaboração e publicação de seus relatórios de prestação de contas à sociedade, o Estado da Bahia optou por iniciar a sua trajetória na elaboração do modelo de Relato Integrado, sabendo que será um pequeno passo para avanços ainda maiores nos próximos exercícios”, explicou o superintendente de Administração Financeira da Sefaz-Ba, Humberto Novais.

Versão simplificada

Além da prestação de contas anual completa, a Sefaz-Ba produz, desde o ano de 2015, uma versão simplificada do modelo em formato de cartilha, priorizando as informações e tabelas mais relevantes do documento original e com ilustrações, gráficos explicativos e outros recursos didáticos, de forma a traduzir para os leitores as contas estaduais relativas ao ano anterior. A ideia é oferecer ao cidadão melhores condições para o entendimento de um conteúdo originalmente destinado a especialistas, levando as informações ao grande público.

A versão simplificada do exercício de 2023 possui 78 páginas. Para acessar o documento, basta entrar no portal, clicar no canal Finanças Públicas, e em seguida em Prestação de Contas. Na sequência, é só selecionar a versão simplificada do exercício de 2023.

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 26/07/2024

RECEITA FEDERAL ENQUADRA PROJETO DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA COMO ESTRATÉGICO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

Por Matheus Souza - 25/07/2024 19:00



Créditos: Concessionária Ponte Salvador-Itaparica

A Receita Federal do Brasil habilitou a Concessionária Ponte Salvador-Itaparica para fazer parte do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI). O REIDI é um programa federal que desonera a implantação de projetos estratégicos de infraestrutura. No caso do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Itaparica, ele vai promover a melhoria no tráfego na Região Metropolitana de Salvador,

Recôncavo e Baixo Sul, além de fazer a conexão com importantes rodovias como a BR-101, BR-116 e BR-242. Essa nova solução de mobilidade irá oferecer também uma outra alternativa de acesso à capital baiana que já tem o fluxo via BR-324 bastante saturado. Esse sistema rodoviário é parte de uma infraestrutura ainda maior, o Sistema Viário Oeste, que envolve a duplicação e construção de rodovias por parte do poder público.

“Esse enquadramento reconhecido pelo Governo reforça o viés transformador do nosso projeto nos aspectos social e econômico. O investimento que está sendo feito será responsável, por exemplo, pela geração de sete mil empregos, desenvolvimento de mais de 50 programas educacionais e socioambientais, ampliação do potencial turístico da Bahia e aumento da competitividade logística do estado”, detalhou o CEO da Concessionária, Claudio Villas Boas. A habilitação é resultado do trabalho desenvolvido nos últimos seis meses pela Concessionária.

O enquadramento significa que, ao longo do processo de construção do Sistema Rodoviário, a Concessionária não precisará arcar com as incidências fiscais de PIS/PASEP e COFINS. O programa retira a cobrança de impostos incidentes sobre vendas, locações, importações e prestações de serviços relacionados a projetos de infraestrutura nas áreas de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

A decisão não desobriga a Concessionária de manter a sua regularidade fiscal, com o pagamento de outros impostos e contribuições federais. Além disso, fica estabelecido que a habilitação no REIDI será cancelada assim que a construção da Ponte Salvador-Itaparica for finalizada.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 26/07/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

NAVIOS DA MARINHA CHEGAM AO PORTO DE SANTOS PARA VISITAÇÃO PÚBLICA

Informações: *Santaportal (26 de julho de 2024)*

O Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico (NAM) e o Navio Escola Brasil, da Marinha, chegam ao Porto de Santos nesta sexta-feira (26). Eles permanecem no cais da Capitania dos Portos até a próxima segunda-feira (29), quando serão abertos para visitação.

Os interessados em visitar as embarcações poderão contribuir, voluntariamente, com a doação de fraldas descartáveis (geriátricas e infantis) e alimentos não perecíveis. O material arrecadado será doado para instituições beneficentes da Baixada Santista.

De acordo com a Marinha, o NAM, atual navio Capitânia da Esquadra, é projetado para as tarefas de controle de áreas marítimas, projeção de poder sobre terra, pelo mar e ar.

A embarcação é apropriada, também, para missões de caráter humanitário, auxílio a vítimas de desastres naturais, como na recente missão Taquari 2 em assistência à população do Rio Grande do Sul, de evacuação de pessoal e em operações de manutenção de paz.

Já o Navio Escola Brasil é empregado na fase final da formação dos futuros oficiais da Marinha, e tem o propósito de complementar, com ênfase na experiência prática, conhecimentos teóricos adquiridos pelos Aspirantes na Escola Naval, aprimorar sua formação cultural e representar o País e a Marinha nos portos visitados.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/07/2024

CNT REALIZA VISITAS TÉCNICAS A TERMINAIS PORTUÁRIOS DE SANTOS

Informações: CNT (26 de julho de 2024)

A convite da Fenop, técnicos conheceram procedimentos de segurança e boas práticas operacionais



A CNT (Confederação Nacional do Transporte) participou de visitas técnicas, nesta semana (24 e 25), a terminais portuários de Santos (SP), incluindo o Brasil Terminal Portuário e o Terminal Exportador de Santos. A visita foi coordenada pela Fenop (Federação Nacional dos Operadores Portuários).

De acordo com o assessor trabalhista da CNT, Brunno Batista Contarato, a comitiva pôde presenciar operações de movimentação e descarregamento de contêineres utilizando guindastes de pórtico Ship to Shore e veículos Reach Stacker.

“Durante essas atividades, foram discutidos os desafios e as melhores práticas para o trabalho em altura, focando em procedimentos de segurança específicos para garantir a integridade dos trabalhadores e a eficiência das operações”, relatou o assessor.

O segundo dia de visitas foi dedicado ao Terminal Exportador de Santos, onde as equipes da CNT e da Fenop analisaram as operações de armazenagem em silos e armazéns horizontais e verticais.

“A discussão se estendeu às operações com tombador, moega e transportadores contínuos de correia enclausurados, abordando também as questões relacionadas ao trabalho em espaços confinados e em altura. Essas pautas são fundamentais para a melhoria contínua dos processos e para a implementação de práticas de segurança mais rigorosas”, explicou Contarato.

Além das visitas técnicas, a comitiva participou de reuniões do Comitê Técnico Permanente de Segurança, Saúde no Trabalho e nas Operações Portuárias da Fenop. O comitê, coordenado pelo engenheiro Hemerson Augusto Chiaradia Braga, está focado na elaboração e atualização dos Procedimentos Operacionais Padrão para o setor portuário. Os debates incluíram procedimentos para o trabalho em altura, carga e descarga de celulose, contêineres e granel vegetal, visando à padronização e à segurança nas operações.

“A presença da Confederação é estratégica, permitindo a troca de boas práticas e a adaptação de procedimentos eficazes. Em especial, a colaboração e a visita serão essenciais para instruir o debate sobre a recente reformulação da NR-11, que trata da movimentação e armazenagem de materiais”, acrescentou o assessor.

Para Brunno Contarato, as visitas são uma oportunidade de a CNT reiterar seu compromisso com a promoção da saúde e segurança no trabalho, colaborando, ativamente, na Comissão Tripartite



Paritária Permanente do Ministério do Trabalho e Emprego, para a evolução e adequação das Normas Regulamentadoras.

“Acreditamos que a contribuição de todas as entidades é fundamental para garantir um ambiente de trabalho seguro, produtivo e economicamente viável para todos os envolvidos no setor de transporte”, reforçou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/07/2024

SANTOS E GUARUJÁ GANHARÃO NOVA EMBARCAÇÃO PARA TRAVESSIA

Informações: Diário do Litoral (26 de julho de 2024)

Equipamento irá integrar a frota do Departamento Hidroviário (DH) e beneficiará a população local

Mais de R\$ 8 milhões serão investidos em uma embarcação para travessia de Santos a Guarujá, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil). A FB-27 possui capacidade para 44 veículos e 216 pedestres.

O veículo passou por uma reforma e modernização completa, com novos e econômicos motores sendo instalados. O equipamento voltará a integrar a frota do Departamento Hidroviário (DH), e beneficiará a população local.

A secretária da Semil, Natália Resende, o subsecretário de Logística e Transportes, Denis Gerage Amorim, e a diretora do DH, Jamille Consullin, irão oficializar a entrega da embarcação na cidade do Guarujá na próxima sexta-feira (2).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/07/2024

PORTO DO ITAQUI INICIA CONSTRUÇÃO DO BERÇO 98 E DÁ NOVO IMPULSO À ECONOMIA MARANHENSE

Informações: Porto do Itaqui (26 de julho de 2024)

Em um marco histórico para o desenvolvimento do Maranhão, o Porto do Itaqui iniciou, na manhã desta quarta-feira (24), as obras do Berço 98. A primeira camisa metálica do novo berço foi cravada, simbolizando o início construtivo do projeto que ampliará a capacidade de exportação do estado do Maranhão.

Com investimento de R\$ 289.000.000,00, o novo berço terá profundidade de até 18 metros e dimensão de 320m x 40m, o que permitirá a atracação de navios de grande porte, além de aumentar a capacidade de exportação do porto em mais de 8 milhões de toneladas por ano, impulsionando, em cerca de 20%, o seu faturamento anual.

“O Berço 98 é um projeto estratégico para o desenvolvimento econômico do Maranhão. Com ele, consolidaremos nossa posição como um dos principais portos do Brasil e abriremos novas oportunidades para os produtores locais. Estamos comprometidos em entregar esta obra no prazo, garantindo qualidade e eficiência em todas as etapas”, disse o presidente do Porto, Gilberto Lins.

“Hoje foi posicionada e cravada a primeira camisa metálica utilizando o martelo vibratório. Em breve, começaremos o posicionamento e cravação da segunda camisa metálica e seguiremos com um trabalho contínuo e intenso até a conclusão da obra”, explicou o diretor de Engenharia e Manutenção da EMAP, Ricardo Miranda.

O berço 98 representa um compromisso com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população maranhense. Ao expandir sua capacidade de movimentação de cargas, o Porto do Itaqui se posiciona como um hub logístico estratégico, conectando o estado ao mundo e impulsionando o crescimento econômico por muitas décadas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo



Data: 26/07/2024

PORTO DE SALVADOR RECEBE O PRIMEIRO SUPERNAVIO DE 366 METROS

Informações: CODEBA (26 de julho de 2024)

Operação faz conexão direta com asiáticos, beneficiando exportadores e importadores do Nordeste e Norte do País, além de estados do Centro-Oeste e Sudeste.

O Terminal de contêineres (Tecon Salvador) do Porto de Salvador recebeu nesta quarta-feira (24), o navio MSC Orion, com 366 metros de comprimento e calado (profundidade) de 16 metros, com capacidade para transportar 15 mil contêineres. É o primeiro navio desta classe a navegar as águas da Baía de Todos-os-Santos.

O supernavio chegou ao terminal baiano, unidade de negócio da maior operadora de logística portuária e marítima do mercado brasileiro, a Wilson Sons, inaugurando a rota regular da Bahia para a Ásia, e demandou a movimentação de 800 contêineres.

A operação realizada faz parte da rota direta com a Ásia, serviço iniciado este mês e que terá saídas semanais, fortalecendo a relação não apenas com a China, mas também com os mercados de todo o Extremo Oriente.

“A primeira escala de um navio de 366 metros na Bahia é motivo de celebração para a MSC. A operação do MSC Orion demonstra e reitera o nosso compromisso em ofertar capacidade de transporte para impulsionar o crescimento do comércio exterior brasileiro”, afirma a MSC.

A nova rota marítima permitirá que o Norte e o Nordeste do País se conectem de forma mais eficiente com estas regiões e permitirá que o Centro-Oeste e Sudeste encontrem alternativas aos gargalos logísticos inerentes à cadeia de suprimentos atual. Entre os principais segmentos da exportação que poderão se beneficiar desta linha direta, estão o algodão baiano, carne, frutas, celulose, químicos e petroquímicos. Nas importações, os segmentos de energia renovável, químicos e petroquímicos, automotivo, fertilizantes, eletroeletrônicos também serão mais competitivos.

“Estamos muito orgulhosos em oferecer ao mercado nacional um serviço que fornece escalas diretas entre a Ásia e o Nordeste brasileiro. Este lançamento reitera nosso compromisso em oferecer capacidade de transporte que irá impulsionar o crescimento do comércio exterior brasileiro e fortalece a nossa convicção no grande potencial que a Região Nordeste já possui”, destaca a MSC Mediterranean Shipping do Brasil.

“O evento de hoje é emblemático no restabelecimento de uma rota regular entre a Bahia e a Ásia. É simbólico no sentido de recebermos o maior navio porta-contêineres em operação no Brasil e marca o início de um evento cotidiano, que se tornou possível graças à competência técnica e comercial do Tecon e à ação coordenada entre a Autoridade Marítima e a Autoridade Portuária”, pontua o presidente da Autoridade Portuária Federal na Bahia – Codeba, Antonio Gobbo.

“O reestabelecimento dessa rota, em condições competitivas, consolida a posição da Bahia, do TECON e do Porto de Salvador como o hub logístico internacional. A atracação de embarcações dessa classe é resultado também do total apoio do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor), com investimentos em infraestrutura, dragagens e requalificação física e tecnológica”, completa Gobbo.

O Porto de Salvador foi o segundo do Brasil a receber a autorização da Capitania dos Portos da Bahia para operar navios de até 366m, ainda em 2018, se antecipando às mudanças que as principais rotas mundiais já apresentavam e que logo chegariam ao País, demandando maior eficiência operacional dos terminais brasileiros. “Este ano, o Banco Mundial e a S&P Global Market Intelligence mostraram o Tecon Salvador como o 6º melhor terminal de contêineres do mundo, na categoria até 500 mil TEUs, como resultado de uma pesquisa feita com os donos dos navios sobre eficiência no atendimento. Somado a este importante reconhecimento, entramos na rota dos maiores navios do mundo, o que evidencia a posição de destaque que Salvador vem conquistando e que

favorece uma extensa cadeia de produtores, indústrias de variados segmentos, dentro e fora da Bahia”, analisa Demir Lourenço, diretor-executivo do Tecon Salvador.

Os investimentos empregados pela Wilson Sons no terminal, iniciados no ano 2000, já ultrapassam R\$ 1 bilhão, culminando na recente duplicação de cais, aumento da profundidade do calado para 16 metros, ampliação de retroárea para armazenamento das cargas, adoção de novas tecnologias, aquisição de maquinários elétricos equivalentes aos utilizados nos portos mais modernos no mundo e em treinamento de equipes operacionais. “Diante das mudanças do mercado, com o trânsito de uma classe de navios cada vez maiores, tínhamos que estar preparados para garantir a manutenção das rotas e atrair novas, como o que está sendo feito agora com o continente asiático”, reforça Lourenço.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/07/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

ENTENDA POR QUE ESTRATÉGIA DO GOVERNO LULA PARA AMPLIAR ARRECADAÇÃO COM CARF NÃO FUNCIONOU

Retomada do chamado voto de minerva no órgão que julga pendências tributárias não rendeu retorno projetado pela equipe econômica

Por Johanns Eller



Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet — Foto: Claudio Reis/Agencia Enquadrar/AgênciaO Globo

A retomada do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), aprovada no Congresso há quase um ano com forte empenho da articulação política do governo Lula para ampliar a arrecadação neste ano e cumprir a meta do déficit zero, se revelou um fiasco.

Em agosto passado, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, anunciou uma meta de arrecadação de R\$ 168 bilhões em 2024 em relação ao arrecadado em 2023 para viabilizar o déficit zero, dos quais R\$ 55,6 bilhões deveriam vir do Carf, graças o dispositivo que assegura à União o voto de desempate em disputas tributárias com contribuintes. Até agora, porém, o voto de qualidade não rendeu nenhum centavo.

A preferência do Fisco no desempate de julgamentos de contenciosos com contribuintes era tida como uma carta na manga da equipe econômica para ampliar a receita do governo, embora o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha definido o objetivo como “desafiador”.

Ela se baseava no fato de que as disputas pendentes de solução no Carf somam R\$ 1,1 trilhão – na maioria de empresas de grande porte e cifras bilionárias. Mas, na última segunda-feira (22), a equipe econômica de Lula se viu obrigada a reduzir a meta de arrecadação via Carf até dezembro para R\$ 37,7 bilhões.

Da nova projeção, R\$ 19,8 bilhões têm origem em um acordo com a Petrobras, controlada pelo governo, para encerrar seus litígios no Carf.

O acerto, referendado pelo Conselho de Administração da companhia, foi a primeira decisão de grande porte da nova CEO, Magda Chambriard, que no seu discurso de posse se comprometeu a seguir a visão de Lula para a Petrobras. Se não fosse pela petroleira, a projeção do Carf seria de



apenas R\$ 17,9 bilhões – ou 32% da meta original, que já tinha sido recebida com muito ceticismo no mercado no ano passado.

Na última segunda-feira, ao apresentar a revisão das cifras, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, declarou que a frustração pela projeção não atingida se deu em função de burocracias e do prazo para os recursos em ações julgadas a favor do Fisco com perdão de multas e juros. O trâmite pode chegar a até seis meses.

Por esse motivo, ainda de acordo com Barreirinhas, o governo passou a contar com os valores no segundo semestre, considerando processos julgados a partir de fevereiro, quando o colegiado passou a julgar os casos relacionados à arrecadação extra. O secretário não descartou, inclusive, uma reavaliação da projeção no próximo relatório bimestral de receitas e despesas da Fazenda.

Só que esse risco não era desconhecido pelo governo. Tributaristas já vinham alertando para o fato de que essa meta dificilmente seria cumprida justamente em razão dos recursos e protelações permitidos pela lei, como já publicamos no blog.

A expectativa do governo na época era de que os estímulos ao pagamento das multas previstos na lei que restaurou o voto de qualidade, como o parcelamento de multas em até 12 meses e o perdão de multas e juros, evitariam a judicialização. Mas especialistas do setor viram excesso de otimismo por parte do Fisco, já que outras iniciativas similares do Carf no passado, como o Programa Litígio Zero, não tiveram efeito.

Contingenciamento

A revisão da arrecadação é um grande revés para Fernando Haddad, que anunciou na semana passada um contingenciamento de R\$ 15 bilhões para adaptar as contas ao arcabouço fiscal, e agora trava dentro do governo uma disputa sobre quais setores sofrerão os maiores cortes.

Se a meta de arrecadação com o voto de qualidade tivesse sido cumprida, o governo teria garantida uma receita de R\$ 17,9 bilhões que não vieram. Agora, terá de cortar na carne para respeitar o arcabouço, tarefa nada simples em ano eleitoral.

O cenário deve se tornar ainda mais desafiador, já que no relatório bimestral atualizado de receitas e despesas da Fazenda, divulgado na última segunda, o governo projetou um crescimento de R\$ 11,3 bilhões nos gastos com a Previdência e previu um rombo de R\$ 32,6 bilhões, valor acima do teto de R\$ 28,8 bilhões estimado para que o déficit zero seja cumprido.

Nós procuramos o Ministério da Fazenda e questionamos por que o voto de qualidade não viabilizou a meta fixada no orçamento deste ano, mas não recebemos retorno até o fechamento desta matéria. O espaço segue aberto.

Também fizemos as mesmas indagações à Receita Federal, que reiterou as declarações do secretário Robinson Barreirinhas na coletiva de imprensa da última segunda-feira.

Conforme publicamos no blog em setembro do ano passado, a projeção do governo era encarada com forte ceticismo entre analistas e advogados tributaristas que lidam com processos do Carf. Entre os principais motivos estava a falta de clareza sobre os critérios técnicos para a fixação da meta de R\$ 55,6 bilhões e, em especial, os prazos de recursos de contribuintes em casos favoráveis ao Fisco.

A expectativa era que o valor de R\$ 1,1 trilhão represado em 2023 deslanchasse com decisões em série do Carf em prol do governo. Isso porque, por lei, o conselho deve julgar os casos priorizando as maiores cifras.

O objetivo de retomar o voto de qualidade, abertamente admitido por Haddad, também foi alvo de questionamentos, uma vez que o Carf é um conselho independente e não um órgão arrecadatório.

Por esse motivo, o dispositivo havia sido extinto pelo Congresso em 2020, durante o governo Jair Bolsonaro.

O conselho é composto por 130 conselheiros, entre representantes da União, como auditores fiscais da Receita, e dos contribuintes, em geral na figura de confederações de setores econômicos e sindicatos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/07/2024

NO ÚLTIMO DIA DE REUNIÕES DO G20 NO RIO, MINISTROS DISCUTEM HOJE COMO FINANCIAR A ADAPTAÇÃO DOS PAÍSES À MUDANÇA CLIMÁTICA

No fim do dia, uma sessão focada na arquitetura internacional encerrará a semana de encontros ministeriais dos membros do G20

Por Carolina Nalin — Rio

O tema do financiamento sustentável norteará as discussões do último dia da 3ª reunião de ministros de finanças e presidentes dos bancos centrais de países do G20, afirmou Tatiana Rosito, secretária de assuntos internacionais da Fazenda.

Discussões sobre a força-tarefa do clima, além de infraestrutura resiliente e adaptação climática e a proposta brasileira de revisão dos fundos multilaterais climáticos são alguns dos temas.



Reunião Ministerial de Desenvolvimento do G20 — Foto: Alex Ferro - G20/divulgação

— Tivemos no Brasil tragédias recentes, como as enchentes do Rio Grande do Sul, mas também outras de seca na Amazônia e no Pantanal. O tema da infraestrutura resiliente e adaptação (climática) é importante e quisemos trazer isso para o centro da sessão — disse Rosito, em conversa com jornalistas nesta quinta-feira.

No fim do dia, uma sessão focada na arquitetura internacional encerrará a semana de encontros ministeriais dos membros do G20. Na esteira estão previstos temas como dívida, fluxos de capitais para os países emergentes e reformas dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Desigualdade e tributação global marcam penúltimo dia

Durante a manhã desta quinta-feira, os debates entre membros do G20 e convidados focaram em discutir perspectivas para o crescimento econômico, processos para desaceleração da alta de preços, além de emprego e políticas de combate à desigualdade.

— Isso (desigualdade) foi um tema colocado pela presidência brasileira e que contou com grande aceitação — afirmou a economista.

À tarde, membros do G20 e convidados discutem regulação do sistema financeiro e tributação global.

Este é o terceiro encontro da Trilha de Finanças do G20 deste ano, com o Brasil na presidência anual do grupo. A primeira reunião ministerial ocorreu em São Paulo, quando o Brasil apresentou a proposta de taxação dos super-ricos. Já a segunda aconteceu em Washington, nos EUA, na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Tatiana, há 77 delegações inscritas nas reuniões do G20. O grupo reúne as 19 principais economias do mundo, além da União Europeia e a União Africana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/07/2024

LUCRO DA VALE SOBE 219% NO SEGUNDO TRIMESTRE. MINERADORA VAI DISTRIBUIR R\$ 8,9 BI AOS ACIONISTAS

Mineradora já havia anunciado no início do mês produção recorde de minério de ferro no período, de 80,6 milhões de toneladas, 2,4% a mais do que no mesmo período do ano anterior

Por Agências Internacionais — Rio



Minério de ferro da Vale — Foto: Bloomberg

A mineradora Vale registrou lucro de R\$ 14,6 bilhões no segundo trimestre, resultado 219% maior que no mesmo período de 2023. A receita líquida somou R\$ 51,7 bilhões, alta de 8,3% na mesma base de comparação. Na comparação com o 1º trimestre, o lucro cresceu 65%.

Parte da melhora do resultado, porém, é atribuído ao fato de a empresa ter realizado desinvestimentos e ter gastado menos com impostos.

Com base nos resultados do período, o conselho de administração da Vale aprovou o pagamento de R\$ 8,9 bilhões em juros sobre capital próprio aos acionistas, o que representa R\$ 2,0937 por ação.

A remuneração a acionistas da B3 será em 4 de setembro, com data de corte em 2 de agosto. Para acionistas detentores de recibos de ações (ADRs, na sigla em inglês) negociados na Bolsa de Nova York, o pagamento será a partir de 11 de setembro.

Para o período de abril a junho, a Vale já havia anunciado que produziu 80,6 milhões de toneladas de minério de ferro no trimestre, 2,4% a mais do que no mesmo período do ano anterior. As vendas avançaram 7,3%, para 79,792 milhões de toneladas.

O minério de ferro é uma das principais commodities com pior desempenho do ano, com queda de mais de 25%, uma vez que a crise imobiliária da China prejudica a demanda e as grandes mineradoras continuam a adicionar volumes ao mercado marítimo. A Vale obtém cerca de 90% de suas receitas do setor de siderurgia.

As ações da Vale fecharam em alta de 0,28% no pregão regular da B3 e subiram 0,93% no after market de hoje. O papel é negociado com desconto em comparação com outros grandes mineradores devido a questões específicas da empresa.

A Vale ainda está lidando com as consequências do desastre da represa de rejeitos de 2015 na Samarco, uma joint venture de minério de ferro com o BHP Group. A empresa esperava chegar a um acordo final no mês passado, mas as negociações com as autoridades brasileiras ainda estão em andamento.

A Vale também tem enfrentado uma turbulenta mudança de liderança, com o CEO Eduardo Bartolomeo mantendo o cargo até dezembro, enquanto a busca por um sucessor continua. O próximo CEO será escolhido a partir de três nomes pré-selecionados que serão apresentados por uma empresa de consultoria até o final de setembro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/07/2024

'IVA BRASILEIRO NÃO SEGUE OS MELHORES PADRÕES INTERNACIONAIS'; ESPECIALISTA EXPLICA POR QUÊ

O fato de ser 'disfuncional' o atual modelo de tributação, ponto de partida para a reforma, e a exposição a muitos lobbies afastam o País das melhores práticas, diz Melina Rocha

Por Diego Lazzaris

Para estudar o modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a consultora Melina Rocha se mudou para o Canadá. Agora, a mesma premissa está sendo aplicada ao Brasil, mas ainda depende da regulamentação no Congresso Nacional. A especialista, que na terça-feira, 23, participou do Fórum Estadão Think - A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), afirma que a reforma tributária significa um avanço para o Brasil, mas o modelo de unificação de impostos que o País está adotando está aquém das melhores práticas internacionais.

Consultora internacional para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Melina observa que o potencial do IVA no Brasil é tolhido pelo atual modelo de tributação, ponto de partida para a reforma, por ser 'disfuncional', e pelo fato de as tentativas de simplificação de cobrança de impostos serem expostas a muitos lobbies.

“Os melhores modelos de IVA possuem uma alíquota única e não oferecem benefícios fiscais ou têm uma quantidade mínima de bens e produtos com alíquota reduzida ou zero”, explica. “Infelizmente, por razões políticas e devido ao ponto de partida do nosso sistema tributário atual, que é muito disfuncional e cheio de benefícios fiscais e alíquotas diferenciadas, foi politicamente difícil implementar um IVA conforme os melhores modelos internacionais.”



Melina Rocha, palestrante do Fórum Estadão Think 'A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, estudou no Canadá o modelo local de IVA Foto: Taba Benedicto/Estad

A especialista em IVA diz que o sistema atual possui muitos benefícios fiscais diferenciados, às vezes específicos para determinadas empresas, e não para setores ou produtos. “Esse histórico, conhecido como ‘path dependence’, torna politicamente desafiador estabelecer um IVA nos melhores moldes internacionais, devido à pressão de grupos de interesse para incluir certos produtos e serviços em alíquotas reduzidas ou zero”, explica.

Ela ainda acredita que o resultado final da reforma tributária seja muito positivo, pois tanto a Emenda Constitucional, promulgada em dezembro passado, quanto o Projeto de Lei Complementar (PLP), aprovado pela Câmara mais recentemente, em 10 de julho, mantiveram os pilares do modelo IVA. A maioria dos países que adotam o IVA possui alíquotas reduzidas, especialmente os modelos mais antigos, diz. “Além disso, a não cumulatividade plena foi garantida no projeto, assim como o princípio do destino”, destaca. “Portanto, os fundamentos essenciais do modelo IVA foram preservados nas discussões políticas, apesar das reduções de alíquotas e regimes diferenciados incorporados na reforma.”

Melina lembra que a avaliação quinquenal prevista na Emenda Constitucional será uma oportunidade para revisar esses regimes diferenciados. “Será possível analisar o impacto em termos de eficiência econômica, preço do produto final e consequências redistributivas”, observa. “Por exemplo, se constatar que a desoneração sobre a carne beneficia mais as famílias ricas do que as pobres, talvez não valha a pena manter essa desoneração.” Melina afirma que esse tipo de avaliação será crucial para revisar e possivelmente reduzir esses regimes diferenciados, aproximando-nos dos melhores modelos internacionais de IVA com uma alíquota única e o mínimo de exceções.

Segurança jurídica

Com a reforma, os cinco tributos atuais serão reunidos em apenas dois, e haverá também o Imposto Seletivo, que, de certa forma, substituirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). “Isso

resultará em uma simplificação imensa, com uma legislação única e regras idênticas para os dois tributos”, afirma. “A segurança jurídica melhorará significativamente devido às regras idênticas desses dois tributos. Além disso, teremos apenas duas entidades para recolher os tributos: a Receita Federal e o Comitê Gestor.”

A consultora lembra que haverá um período de adaptação, motivo pelo qual haverá uma transição de 2026 a 2033 para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A Contribuição Sobre Bens Serviços (CBS) substituirá o PIS e Cofins a partir de 2026, com um ano de teste com uma alíquota de 1%. “Esse período permitirá que as empresas se adaptem ao novo sistema e que a administração tributária implemente os sistemas necessários para começar a recolher a CBS e o IBS”, acrescenta. “Embora haja mudanças operacionais, acredito que todas serão positivas, simplificando significativamente a parte do setor produtivo no recolhimento dos tributos.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/07/2024

BRASIL E UE TRAVAM DISPUTA POR MODELO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES POLUENTES DE NAVIOS

Transporte marítimo é responsável por 3% das emissões globais totais; Brasil teme que imposto sobre emissões tenha impacto negativo nas exportações

Por Luciana Dyniewicz

A necessidade de redução das emissões de gases poluentes no transporte marítimo colocou Brasil e União Europeia em lados opostos na disputa por qual modelo será adotado para as metas serem atingidas. A UE defende um imposto sobre as emissões de gás carbônico. Já o Brasil prefere que o setor estabeleça um sistema com cotas de emissões, no qual quem emite toneladas de CO₂ abaixo da cota pode vender a diferença para quem ultrapassou o limite. O modelo é semelhante ao do mercado regulado de crédito de carbono. O transporte marítimo é responsável por 3% das emissões globais totais.

A disputa está na Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês), braço da ONU que organiza o transporte marítimo global, e o lobby brasileiro tem crescido à medida que se aproxima o prazo para se definir qual estratégia será adotada. Com atraso quando comparada à entidade internacional do setor aéreo (a ICAO), a IMO determinou, no ano passado, que, para o setor conseguir zerar suas emissões líquidas até 2050, é preciso diminuí-las até 2030 em pelo menos 20%, em comparação com 2008. Até 2040, esse número é de 70%.

Também no ano passado, a IMO definiu que o setor terá de “pagar”, a partir de 2027, para emitir gases de efeito estufa e que a cobrança começará em 2027. O modelo como isso será feito deve ser definido no primeiro semestre do próximo ano, e é ele o motivo de divergência entre Brasil e UE.

Segundo brasileiros envolvidos na discussão, a proposta da UE prejudicaria países que estão longes de seus mercados (dado que o volume de emissões é maior no transporte devido à maior distância) e que exportam sobretudo commodities. Isso porque, como esses produtos são de baixo valor agregado e de grande volume, o frete em relação ao preço da mercadoria ficaria relativamente mais caro.



Navio no canal entre Santos e Guarujá, em São Paulo; transporte marítimo é responsável por 3% das emissões globais Foto: Felipe Rau/Estadão

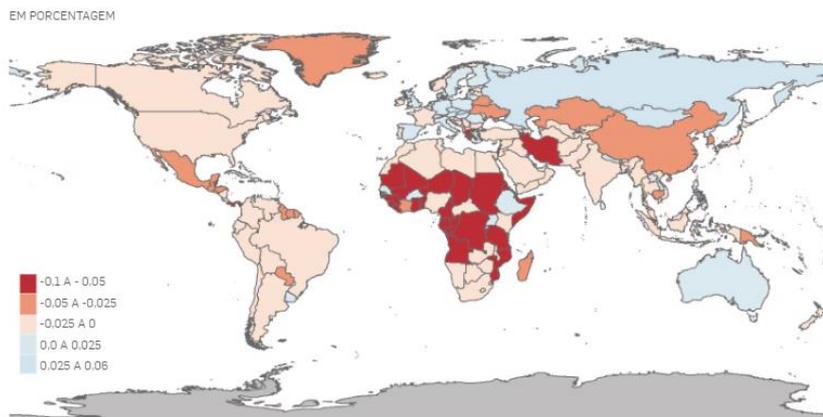
Um estudo da professora de economia da USP Paula Pereda aponta que, se o imposto for fixado em US\$ 50 por tonelada de CO₂, a medida poderia ter um efeito negativo para a economia brasileira de US\$ 200 milhões por ano. Pereda explica que, quando o custo do transporte aumenta, um mercado pode substituir seu parceiro comercial por outro mais próximo. “Tem

efeitos também como países começando a produzir certos produtos porque passa a ser mais barato do que importar”, diz.

O estudo também indica que um imposto de US\$ 50 conseguiria reduzir as emissões do setor em apenas 7%, enquanto o PIB real global recuaria em 0,04%. Os preços de importação de alimentos, por outro lado, aumentariam em 0,22 ponto percentual, e as exportações totais cairiam em 0,22%.

Imposto internacional

Impacto no PIB da taxa de emissões no transporte marítimo



Fonte: Paula Pereda, Andrea Lucchesi, Thais Diniz Oliveira e Rayan Wolf

ESTADÃO

O diretor executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luís Fernando Resano, destaca que, no transporte doméstico, a cabotagem terá de cumprir as regras estabelecidas pela IMO, enquanto seu principal concorrente — o transporte rodoviário — não precisará arcar com um custo semelhante.

“O transporte marítimo e o aéreo obedecem às regras internacionais da IMO e da ICAO. No rodoviário, isso não existe. Isso gera concorrência desigual entre marítimo e rodoviário.”

Resano questiona ainda a possibilidade, debatida na IMO, de que os recursos arrecadados com o imposto sejam destinados ao financiamento do desenvolvimento de novas tecnologias que ajudem a reduzir as emissões. “Infelizmente, o Brasil, comparado a países como os EUA, não é desenvolvedor de tecnologias. Vamos pagar para ter um fundo que será usado para outros países criarem tecnologias e depois vamos ter que comprar essa tecnologia.”

Coordenador dos temas ambientais da comissão brasileira para os assuntos da IMO (CCA-IMO), Flavio Mathuy diz que a União Europeia tem dominado as grandes discussões na entidade por ser um bloco organizado, debater os temas no parlamento europeu com antecedência e atrair para seu lado países próximos que não fazem parte do bloco.

“O Brasil tem tido liderança para trazer para seu lado outros emergentes que também podem ser prejudicados. Hoje temos dois grupos se contrapondo. Por isso, a polarização.” Se alinharam ao Brasil países como Argentina, Chile, Peru, África do Sul, Angola e Índia, entre outros.

Brasil quer que setor use etanol e biodiesel

Além de fazer lobby contra a proposta da União Europeia pela cobrança do imposto, o Brasil tem trabalhado para que combustíveis como o etanol sejam usados em misturas com o bunker (o tradicional combustível de embarcações) como um modo de o setor reduzir suas emissões. Há a preocupação, no entanto, de que a União Europeia atue contra o produto brasileiro dada sua postura histórica de se opor a combustíveis cuja matéria-prima possa competir com alimentos.

O bloco tem pressionado ainda para que a amônia seja a solução para descarbonizar o setor. Os navios, no entanto, teriam de ser modificados para usarem a amônia como fonte de energia.

Certos países, no entanto, poderiam se beneficiar com o imposto. Entre eles estão os europeus Espanha, Alemanha, Itália e Inglaterra, segundo o estudo.

“A descarbonização tem de acontecer. Mas tem de ser da forma menos custosa possível. O fato de países pobres serem mais distantes de seus mercados indica que a taxa de emissões vai amplificar desigualdades que existem hoje”, acrescenta Pereda.



“A União Europeia tenta induzir o mercado a desenvolver a amônia. A pauta brasileira é ter um plano nacional para potencializar fatores em que somos mais fortes. Temos condições de fornecer biocombustível para o mundo”, diz o almirante Ilques Barbosa, coordenador de relações institucionais do Cluster Tecnológico Naval-RJ (associação que reúne empresas do setor).

A senadora Kátia Abreu (PP-TO) é uma das envolvidas na campanha para adoção, no transporte marítimo, de combustíveis que o Brasil pode produzir. “O Brasil tem alternativas importantes para o setor. Não só uma. Temos o etanol de milho, de cana e o biodiesel. Temos que participar da discussão porque é uma grande oportunidade para o Brasil. Temos que colocar para o mundo o quanto podemos colaborar”, diz.

Com possibilidade de ser produzido a partir de soja e dendê, entre outras matérias-primas, o biodiesel é o combustível com maior probabilidade de ser usado no transporte marítimo. Isso porque os navios não precisariam de modificações substanciais para adotá-los.

No exterior, já há ampla autorização no mercado para utilização do B7 (diesel com 7% de biodiesel em sua composição) em embarcações menores. Alguns fabricantes de barcos já deram aval também para o B30 (com 30% de biodiesel) e até para o B100. No Brasil, a Petrobras tem licença da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para comercializar o bunker (usado por grandes navios) com 24% de biodiesel.

“Há ainda a dificuldade de saber como o biodiesel se comporta em um meio tão úmido, mas embarcações grandes têm centrífuga e podem retirar a água do combustível antes de ele ir para o motor. Para uma maior adoção dele no setor, só é preciso uma política que o impulse”, diz Amanda Gondim, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com doutorado em Química, Petróleo e Energias Renováveis.

Diretora executiva da Marsalgado Brasil (empresa que trabalha na atração de investimentos para a transição energética do transporte marítimo), Cristiane de Marsillac lembra que, independentemente da disputa com a União Europeia, o setor terá de reduzir suas emissões globalmente e que alguns países já estão se preparando para essa transição. Reino Unido, Japão, Noruega, Finlândia e Coreia do Sul, por exemplo, já publicaram seus planos de ação. “A preparação envolve combustível, motores, logística, portos, comércio exterior. Poderá haver navios que não sejam compatíveis com a estrutura dos portos do Brasil. Precisamos trabalhar de forma cooperada para ter um plano para enfrentar o cenário.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/07/2024

‘PARA NÃO TER INFLAÇÃO, É PRECISO O POVO GANHAR POUCO?’, DIZ LULA EM CRÍTICA A FALA DE CAMPOS NETO

Presidente da República se refere a declaração do presidente do BC em que problematiza o aumento do salário para o mesmo nível de produção

Por Victor Ohana (Broadcast) e Caio Spechoto (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao sugerir que, para ele, “para não ter inflação, é preciso o povo ganhar pouco”.

“Tomar decisões não é fácil, sobretudo quando você tem uma pressão de muitos lugares. Se você ganha as eleições no Brasil e resolve governar dizendo que pobre é pobre mesmo, que trabalhador não precisa de aumento no salário mínimo... Esses dias o presidente do Banco Central deu uma declaração para a imprensa que eu não quis acreditar”, disse Lula uma solenidade do Palácio do Planalto, nesta sexta-feira, 26.

Lula prosseguiu: “O cidadão jovem, bem-sucedido na vida, diz o seguinte: esse negócio do aumento do salário mínimo e a massa salarial crescendo pode gerar inflação. Ou seja, significa que, para não ter inflação, é preciso o povo ganhar pouco?”, questionou.



Lula e Roberto Campos Neto Foto: AFP e Wilton Junior/Estadão

O petista continuou: “Será que essa pessoa não tem respeito? Será que as pessoas pensam que alguém ganha um salário mínimo porque quer ganhar um salário mínimo? Será que alguém pensa que a pessoa é pobre porque quer ser pobre?”, indagou.

Apesar de não mencionado a circunstância exata, Lula se refere a uma fala feita por Campos Neto em entrevista à CNN feita em abril, mas que nos últimos dias tem sido compartilhada e criticada por diversos perfis e políticos de esquerda nas redes sociais.

“O Banco Central adora quando a gente tem um regime de emprego pleno, ou seja, que todo mundo que está procurando trabalho consegue - que é a nossa situação atual, que melhorou muito e foi uma grande surpresa. Outros países também passaram por isso, mas o Brasil foi uma grande surpresa”, disse o presidente do BC. “A preocupação vem quando as empresas não conseguem contratar e aí você tem que começar a subir o salário. Se você sobe o salário para o mesmo nível de produção, isso significa que você está iniciando um processo inflacionário. Então, a preocupação vem daí.”

Desvinculação

Além disso, Campos Neto também tem se manifestado favorável à discussão sobre desindexação dos benefícios previdenciários e assistenciais ao salário mínimo - medida condenada por Lula. O presidente do BC também disse ver com “bons olhos” a desvinculação dos pisos da saúde e da educação, hoje atrelados à receita do governo.

“Existe um questionamento grande sobre a consistência ao longo do tempo do arcabouço criado. Vi recentemente o governo falando em tentar endereçar essas inconsistências - por exemplo, (mudar) a vinculação de saúde e educação, indexação do salário mínimo - com bons olhos, seria um choque positivo importante se pudesse ser feito”, disse Campos Neto em junho.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/07/2024

CARGA DE ENERGIA SOBE 6,1% EM JUNHO NO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL

Entre as causas que explicam o aumento estão as condições meteorológicas no Sudeste e no Centro-Oeste

Por Alana Gandra (Agência Brasil)

A carga de energia registrada em junho no Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) totalizou 75.697 megawatts médios (Mwmed), sinalizando aumento de 6,1% em comparação com junho de 2023.

No acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento foi de 7,4% em relação aos 12 meses anteriores. Os resultados foram divulgados na quinta-feira, 25, e constam do Boletim Mensal de Carga, elaborado pelo ONS.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico é responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no SIN, além do planejamento da operação dos sistemas isolados do País. Sob o comando do ONS há 161 hidrelétricas em 22 bacias hidrográficas, de múltiplos proprietários.



Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, principal centro consumidor de carga no país, apresentou temperaturas máximas acima da média histórica e níveis de precipitação inferiores à média. Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Subsistemas

Segundo o ONS, a expansão da carga foi observada também em todos os subsistemas no comparativo de junho de 2024 com junho de 2023. O subsistema com a aceleração mais expressiva foi o Norte, com 8,9%, seguido pelo Sudeste/Centro-Oeste, com 6,4%; Sul, com 5,9%; e Nordeste, cujo avanço foi de 3,5%.

Entre as causas que explicam esse aumento da carga estão as condições meteorológicas observadas no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal centro consumidor de carga no país, que apresentou temperaturas máximas acima da média histórica e níveis de precipitação inferiores à média.

No período dos últimos 12 meses, as elevações nos acumulados foram de 10,2% (Região Norte); 7,7% (Sudeste/Centro-Oeste); 7,4% (Nordeste); e 4,6% (Sul). / AGÊNCIA BRASIL

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/07/2024

GOVERNO LULA EDITA MEDIDA PROVISÓRIA QUE BENEFICIA EMPRESA DOS IRMÃOS BATISTA NO SETOR DE ENERGIA

Três dias após Âmbor comprar usinas da Eletrobras, governo assina norma que salva o negócio e repassa o custo aos consumidores; ministério diz que texto serve para dar sustentabilidade à distribuidora no Amazonas

Por Daniel Weterman e Mariana Carneiro



Irmãos Batista participaram de encontro de empresários com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto. Joesley é o segundo da fila lateral à esquerda e Wesley é o primeiro da fila lateral à direita. Foto: Wilton Junior/Estadão

BRASÍLIA – O governo Lula (PT) editou uma medida provisória que beneficia a Âmbor, empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista no setor de energia elétrica. A decisão socorre o caixa da Amazonas Energia e cobre pagamentos que a empresa deve fazer para termelétricas recém-compradas pela Âmbor da Eletrobras. Os recursos necessários para a operação serão bancados pela conta de luz de todos os consumidores brasileiros por até 15 anos.

Na última segunda-feira, às 7h36, a Eletrobras comunicou ao mercado a venda de 13 usinas termelétricas para Âmbor por R\$ 4,7 bilhões. Além da empresa dos irmãos Batista, outros interessados, como o banco BTG em associação com a Eneva, e fundos estrangeiros, fizeram ofertas pelos ativos.

Do pacote, com exceção da usina de Santa Cruz, no Rio, as demais usinas vendem energia para a Amazonas Energia, a distribuidora de energia elétrica do Estado do Amazonas. A empresa, no entanto, é deficitária e desde novembro não paga pela energia gerada por essas térmicas. A Âmbor, ao fazer a oferta, assumiu o risco de inadimplência desses contratos, até então na conta da Eletrobras.

No comunicado público feito após a conclusão do acordo, a Eletrobras informou que repassou “imediatamente à Âmbor o risco de inadimplência dos contratos de energia dos ativos, o que garantirá a retomada dos pagamentos relativos ao fornecimento mensal de energia que a Eletrobras



faz à distribuidora”. Em outras palavras, a Eletrobras passou para a empresa dos irmãos Batista o problema de não receber da Amazonas Energia.

Na quinta-feira, 13, 72 horas após o negócio, o Diário Oficial da União trouxe a publicação de uma medida provisória de socorro ao caixa da Amazonas Energia e que transfere o pagamento pela energia das térmicas para contas gerenciadas pelo governo e financiadas pelas contas de luz de consumidores de todo o País por até 15 anos.

A MP foi assinada pelo presidente em exercício Geraldo Alckmin e pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. À noite, o governo encaminhou ao Congresso a exposição de motivos, documento formal que justifica a edição das normas. O texto mostra que Silveira sugeriu a edição da medida provisória no dia 7 de junho. Até ser publicada na quinta-feira, dia 13, o texto não era conhecido.

Os custos para os consumidores do resto do País calculados por operadores do mercado de energia variam de R\$ 2 bilhões a R\$ 2,7 bilhões por ano, podendo ultrapassar R\$ 30 bilhões no final. Além das usinas, a Âmbar já demonstrou interesse em comprar a própria distribuidora Amazonas.

Procurado nesta quinta para falar sobre a MP, o Ministério de Minas e Energia informou que ela foi editada para dar sustentabilidade à distribuidora do Amazonas e que desconhece os termos do acordo entre a Eletrobras e a Âmbar Energia. O ministério afirmou ainda que a medida não vai onerar o consumidor final, pois se trata da continuidade de uma ação já adotada no âmbito da concessão, o que é contestado por agentes do mercado de energia e especialistas. A Eletrobras, a Âmbar e a Amazonas Energia foram procuradas, mas não se manifestaram.

A conta vai para o bolso do consumidor

Pela medida provisória, os contratos de fornecimento das térmicas com a Amazonas Energia passarão a ser pagos pela Conta de Energia de Reserva, que é gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta é financiada por todos os consumidores de energia elétrica, sejam eles do mercado regulado (pequenos consumidores), do mercado livre (grandes consumidores) e também autogeradores.

Atualmente, segundo o presidente da Frente Nacional dos Consumidores, Luiz Barata, apenas uma parte da energia que abastece a Amazonas Energia é bancada por subsídios que recaem sobre os consumidores. Com a mudança via MP, 100% da energia comprada pela distribuidora das térmicas que agora são da Âmbar será paga pelo restante do País.

Além disso, a MP prevê que os custos da Amazonas Energia com questões regulatórias, como a adequação aos parâmetros de perda de energia com “gatos”, por exemplo, também serão rateados com os consumidores do restante do País por meio de reembolsos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Só esse item, nas contas de Luiz Barata, ampliará os custos da CCC em pouco mais de R\$ 1 bilhão. A CCC é parte dos subsídios embutidos na conta de luz dos consumidores.

A medida do governo também prorroga por 120 dias flexibilizações que permitem à concessionária amazonense registrar perdas e problemas econômicos sem sofrer punições. Na justificativa, o ministro de Minas e Energia escreveu que, sem essas permissões para a distribuidora, “é improvável que no curto prazo consiga-se trazê-la a um patamar de sustentabilidade econômico-financeira”.

Executivos do setor afirmam que a retirada desses passivos do caixa da Amazonas Energia tornou uma empresa virtualmente falida interessante aos olhos de investidores. Além da Âmbar, outros potenciais interessados citados são a Equatorial, que opera no Amapá, e a Energisa, que hoje controla distribuidoras em 11 Estados.

Para Barata, o governo busca resolver o problema empresarial da Amazonas Energia com o chapéu alheio. “É uma solução que quem paga são os outros”, afirmou ele, que foi secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e dirigiu o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

“Reconhecemos que a Amazonas Energia é um problema que existe e que precisa ser resolvido, o que a gente coloca é por que nós é que vamos pagar pela solução”, disse.

Como se chegou até aqui

Em 2023, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pediu a extinção do contrato de concessão da Amazonas Energia ao Ministério de Minas Energia (medida chamada tecnicamente de caducidade), apontando insustentabilidade da operação, diante de uma geração de caixa negativa permanente e uma dívida líquida crescente, que passava de R\$ 7,9 bilhões.

A Aneel elencou uma série de problemas na gestão da empresa, como elevadas perdas não técnicas (por furto de energia), receitas irrecuperáveis e elevados custos operacionais da concessão. Somase a isso falhas constantes no fornecimento de energia no Estado.

Desde o ano passado, o governo se vê às voltas com um dilema. Se decretasse a caducidade do contrato ou se fizesse uma intervenção na companhia teria que aportar recursos diretos na empresa deficitária, além de assumir a operação de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas.

A iniciativa era considerada ainda mais arriscada depois da privatização da Eletrobras, ocorrida em 2022, por meio da qual o governo já fez intervenções no passado em companhias estaduais.

O socorro oferecido pelo governo à Amazonas Energia foi concedido no momento em que os irmãos Batista ampliam sua atuação no mercado de energia por meio da geração térmica e se reaproximam do governo federal.

Após confessarem crimes de corrupção à frente da JBS, em 2017, a dupla voltou aos holofotes em Brasília. No último dia 27, Joesley e Wesley Batista estiveram com o presidente Lula no Palácio do Planalto em um encontro de produtores de carne para tratar de uma doação para vítimas do Rio Grande do Sul. A J&F, que é controlada pelos irmãos, conseguiu ainda a suspensão de uma multa de R\$ 10,3 bilhões no Supremo Tribunal Federal (STF) negociada em delação premiada.

Se a MP ajudou a Âmbar, foi positiva também para a Eletrobras, que além de se livrar da inadimplência, firmou outro acordo com a empresa dos irmãos Batista. Caso a Âmbar compre a operação da Amazonas Energia, hoje feita pela empresa privada Oliveira Energia, a Eletrobras terá a opção de trocar os atrasados que tem a receber por ações na nova distribuidora - que desde a edição da MP tem menos obrigações a pagar e, portanto, um caixa mais liberado.

Com isso, a Eletrobras poderá conseguir reaver uma dívida considerada hoje impagável. Os atrasados da Amazonas Energia com a Eletrobras somam cerca de R\$ 10 bilhões. Desse total, segundo executivos do setor, entre R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões têm origem em compras não pagas de energia gerada pelas térmicas vendidas para a Âmbar. O restante decorre de heranças do tempo em que a então estatal comandava a distribuidora de energia local.

Nos bastidores, executivos da Ambar têm questionado a interpretação de que houve um benefício direcionado à empresa. O argumento é que os operadores do mercado de energia já sabiam que o governo preparava uma solução para a Amazonas Energia por meio de medidas legislativas prometidas pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

A solução trazida pela MP, assim como uma intervenção federal ou a decretação de caducidade do contrato da atual operadora da Amazonas Energia, terminariam com o mesmo desfecho: o repasse da inadimplência da empresa para os consumidores ou para os contribuintes.

Em resposta ao Estadão, o Ministério de Minas e Energia afirmou que a medida provisória foi elaborada por conta da insustentabilidade da concessão. Um grupo de trabalho formado pela pasta e pela Aneel concluiu, em fevereiro deste ano, pela insustentabilidade da concessão e apontava para a necessidade de mudanças legislativas. “Com a MP, será possível dar continuidade na flexibilização de parâmetros regulatórios para a concessão, além de retirar contratos de termelétricas compulsoriamente atribuídos ao portfólio da Amazonas Energia”, diz o ministério.

O MME ressaltou que desconhece os termos do acordo entre Eletrobras e Âmbar Energia e afirmou que os custos operacionais e financeiros da concessão da Amazonas já são suportados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). “O que se permitiu foi a continuidade dessa situação, a fim de sanar a insustentabilidade da concessão da Amazonas Energia. A medida não vai onerar o consumidor final, pois se trata da continuidade de uma ação já adotada no âmbito da concessão.”

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 26/07/2024

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

DELAÇÃO DE MAFIOSO PRESO NO BRASIL DEVE AJUDAR NOVAS INVESTIGAÇÕES

Colaboração traz novos detalhes sobre operações internacionais com drogas e armas

Por *Marcos de Moura e Souza — De São Paulo*



Giovanni Bombardieri, promotor da Calábria: colaboração de mafioso preso no Brasil pode ajudar em investigações — Foto: Divulgação

A decisão de um mafioso italiano de iniciar um processo de colaboração com a Justiça deverá trazer mais detalhes sobre os negócios entre a máfia calabresa e o PCC, a principal facção criminosa brasileira. De acordo com autoridades brasileiras e italianas, os dois grupos operam uma parceria que envolve o comércio de cocaína e de

armas.

Em entrevista ao Valor, Giovanni Bombardieri, promotor de Justiça da região italiana da Reggio Calábria e integrante da direção distrital antimáfia, disse que o acordo de colaboração pode ajudar a abrir novas frentes de investigação na Itália e também no Brasil.

O mafioso colaborador é Vincenzo Pasquino, integrante da N'Drangheta, organização que nasceu na Calábria e que se tornou uma das forças dominantes nos negócios das drogas na Europa.

**“Relação do PCC com ‘Ndrangheta é ameaça a políticas italianas antidroga”
— Giovanni Bombardieri**

Pasquino foi preso no Brasil em 2021 e enviado para a Itália, onde está preso. Ele iniciou um acordo de colaboração com a Direção Distrital Antimáfia de Reggio Calabria, disse o promotor.

“Trata-se de um dado investigativo de particular relevância que deverá ser aprofundado em razão do importante papel de intermediário da ‘Ndrangheta que Pasquino desempenhou”, afirmou ele.

“Os elementos que Pasquino pode fornecer podem abrir caminho para o avanço de investigações no campo do tráfico internacional de entorpecentes e além disso constituir base de trabalho a ser apresentada às autoridades brasileiras para o início de conexões investigativas muito importantes.”

Pasquino foi detido junto com um chefe da ‘Ndrangheta, Rocco Morabito, que também estava no Brasil - em João Pessoa. Outros acusados de serem membros da máfia já tinham sido presos no Brasil, Argentina e Paraguai.

“A ‘Ndrangheta é uma das organizações criminosas mais difundidas e perigosas do mundo.



Mesmo com o surgimento de novos protagonistas no narcotráfico internacional, como as organizações criminosas albanesas, a 'Ndrangheta continua sendo, um interlocutor privilegiado dos cartéis sul-americanos", afirmou Bombardieri, que há anos atua no combate à máfia.

Nos últimos anos, a caçada à 'Ndrangueta passou a revelar a extensão da sociedade entre os criminosos italianos com traficantes do Brasil. "Podemos dizer que hoje as relações entre o PCC e a 'Ndrangheta são cada vez mais fortes", disse Bombardieri.

Segundo ele, não está claro quando os dois grupos começaram a operar a parceria. "Mas nossas investigações nos permitem verificar que cada vez mais o PCC mantém relações com expoentes da 'Ndrangheta no tráfico internacional de drogas e de armas."

Além da colaboração de Pasquino, o quebra-cabeças sobre os acordos entre PCC-'Ndrangheta vem sendo montado graças a investigações que incluem a decodificação de chats criptografados usados no tráfico de drogas.

Bombardieri diz que os laços com o PCC e que a entrada de novos players na logística do narcotráfico estão mudando o quadro de oferta de cocaína à Europa. "Com certeza o tráfico se intensificou e as formas de envio de drogas e os fluxos financeiros com os quais esses envios são pagos se diversificaram, inclusive com o envolvimento de organizações criminosas chinesas", disse o promotor.

"Nas últimas investigações, descobriu-se que a 'Ndrangheta, para transferir as grandes somas de dinheiro necessárias para pagar os carregamentos de narcóticos, também usa organizações criminosas chinesas que providenciam o saque do dinheiro em espécie e, em seguida, transferem-no para pontos de coleta na Itália e no norte da Europa e, a partir daí, providenciam o envio, por meio de compensação, para os fornecedores na América do Sul e para indivíduos indicados por eles."

A cocaína é produzida na Colômbia, no Peru e na Bolívia. Parte da droga passa pelo Brasil e é enviada camuflada em cargueiros para portos europeus. Uma parcela menor segue em voos comerciais. Somente no início de 2021, autoridades rastream 30 toneladas da droga na conexão com a máfia calabresa. No Brasil, o porto de Santos, tem sido palco do maior número de apreensões de cocaína; na Itália, é o porto calabrés de Gioia Tauro. Autoridades europeias usam como referência os seguintes números para cotação da cocaína na Europa: o preço do quilo varia de 40 mil a 70 mil euros.

O combate à expansão de organizações criminosas do Brasil para outros países tem sido um dos temas da agenda do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Em fevereiro, Brasil e Alemanha se comprometeram a intensificar a cooperação para cercar narcotraficantes e lavadores de dinheiro. Em julho, o ministro discutiu o tema com autoridades de Portugal. O cerco ao crime organizado é uma das prioridades do ministério.

"O PCC é uma organização criminosa grande e perigosa que atua no tráfico internacional de drogas há algum tempo e, portanto, é evidente que seu relacionamento com a 'Ndrangheta representa uma séria ameaça às políticas italianas e europeias contra o tráfico de drogas", afirmou o promotor. Para ele, a cooperação internacional tem se mostrado a ferramenta mais importante e eficaz na luta contra o tráfico.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/07/2024

VALE LUCRA R\$ 14,6 BI NO SEGUNDO TRIMESTRE, ALTA DE 219%

As vendas de minério de ferro aumentaram 5,4 milhões de toneladas (7% maiores) frente ao segundo trimestre de 2023. Segundo a empresa, devido ao "sólido desempenho operacional e vendas de estoque, além do efeito positivo da depreciação do real"

Por Rafael Rosas e Kariny Leal, Valor — Rio



Vale — Foto: Daniel Mansur / Divulgação

A Vale fechou o segundo trimestre com lucro líquido de US\$ 2,76 bilhões, uma alta de 210% na em relação a igual período de 2023. A receita líquida da empresa entre abril e junho foi de US\$ 9,92 bilhões, uma alta de 3%, na mesma comparação. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ficou em US\$ 3,99 bilhões no mesmo período.

Em reais, o lucro líquido da companhia cresceu 219% no segundo trimestre, para R\$ 14,6 bilhões. Já a receita líquida foi de R\$ 51,7 bilhões no segundo trimestre, um crescimento de 8,3%. O Ebitda ajustado em reais no segundo trimestre foi de R\$ 20,8 bilhões, alta de 5,59% frente a igual período do ano anterior.

Segundo a mineradora, o Ebitda ajustado proforma atingiu R\$ 20,81 bilhões, uma queda de 1,2% na comparação com o segundo trimestre do ano passado. A queda é atribuída ao aumento de custos e despesas, apesar do maior volume de vendas de minério de ferro.

Entre os segmentos de negócios, o Ebitda se soluções de minério de ferro foi de R\$ 20,3 bilhões, R\$ 137 milhões acima do segundo trimestre do ano passado. as vendas de minério de ferro aumentaram 5,4 milhões de toneladas (7% maiores) frente ao segundo trimestre de 2023, segundo a empresa devido ao “sólido desempenho operacional e vendas de estoque, além do efeito positivo da depreciação do real”, parcialmente compensados por maiores custos e despesas.

No níquel, o Ebitda foi de R\$ 560 milhões, 53% menor frente a igual período do ano passado devido à queda de 19% nos preços realizados de níquel e por menores volumes de níquel e subprodutos, principalmente devido à estratégia de manutenção programada nas plantas de processamento.

No cobre, o Ebitda somou R\$ 1,8 bilhão, 57% maior frente ao segundo trimestre do ano passado, principalmente devido aos maiores preços médios realizados e ao crescimento dos volumes de vendas de cobre e subprodutos, fruto do melhor desempenho operacional em Salobo 1 e 2.

O custo caixa C1 — da mina ao porto — de finos de minério de ferro, excluindo compras de terceiros, foi 6% maior frente ao primeiro trimestre, atingindo US\$ 24,9 por tonelada, principalmente devido ao impacto sazonal do giro de estoques e à concentração de atividades de manutenção.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto positivo dos maiores volumes de produção e da depreciação do real.

“Continuamos altamente confiantes em alcançar nosso guidance de custo C1 de US\$ 21,5-23,0/t em 2024, especialmente em razão dos maiores volumes de produção de menor custo do Sistema Norte no 2º semestre, enquanto as atividades de manutenção mais concentradas no 1º semestre criam as condições para custos e desempenho operacional melhores no 2º semestre”, disse a companhia no balanço divulgado nesta quinta-feira (25).

O custo do frete de finos de minério de ferro diminuiu US\$ 0,3 por tonelada frente ao primeiro trimestre, atingindo US\$ 19 por tonelada, impulsionado pela exposição da empresa a contratos de afretamento de longo prazo.

Os custos all-in de cobre e níquel foram US\$ 3.651/tonelada e US\$ 15 mil/tonelada no trimestre, respectivamente e a empresa afirmou que, em ambos os casos, está confiante para atingir os “guidances” para o ano.

Venda de fatia na PTVI puxou lucro

O aumento do lucro foi influenciado principalmente por dois eventos: o desinvestimento na PTVI e o impacto, no segundo trimestre de 2023, da baixa do imposto de renda diferido legado às provisões da Fundação Renova, efeito que não se repetiu este ano.

A venda de participação na PTVI — operação de níquel na Indonésia — gerou um impacto positivo de US\$ 1,046 bilhão no lucro líquido. Na negociação, a Vale Canada Limited (VCL), subsidiária da Vale Base Metals (VBM), vendeu cerca de 14% da PTVI para a estatal indonésia MIND ID. Após a negociação, a VCL manteve uma fatia de 33,9% na PTVI.

O segundo impacto positivo ao lucro foi de US\$ 1,826 bilhão em tributos que foram pagos no segundo trimestre do ano passado devido ao imposto de renda diferido relacionado às provisões da Renova. Como esse ano esse pagamento não ocorreu, o impacto foi positivo no lucro do segundo trimestre deste ano quando comparado a igual período de 2023.

Pagamentos aos acionistas

O conselho de administração da mineradora aprovou o pagamento de R\$ 8,9 bilhões em juros sobre capital próprio, o que representa R\$ 2,0937 por ação.

A remuneração a acionistas da B3 será em 4 de setembro, com data de corte em 2 de agosto. Para acionistas detentores de recibos de ações (ADRs, na sigla em inglês) negociados na Bolsa de Nova York, o pagamento será a partir de 11 de setembro.

Dívida líquida

A Vale fechou o segundo trimestre com dívida líquida de US\$ 8,59 bilhões, 15% abaixo dos US\$ 10,1 bilhões de igual período do ano passado.

A dívida líquida expandida - que inclui compromissos como a reparação por Brumadinho — fechou o segundo trimestre em US\$ 14,68 bilhões, 10,4% menor que no fim do primeiro trimestre e em linha com o registrado ao fim do segundo trimestre do ano passado.

Segundo a companhia, a redução frente ao primeiro trimestre foi impulsionada principalmente pelos recursos recebidos da Manara Minerals, após a conclusão da parceria na Vale Base Metals.



A meta de dívida líquida expandida da Vale é manter o patamar entre US\$ 10 bilhões e US\$ 20 bilhões.

Pilha de minério de ferro — Foto: Agência Vale

A mineradora investiu US\$ 1,3 bilhão entre abril e junho, em linha com o “guidance” para o ano, que é investir em torno de US\$ 6,5 bilhões.

No balanço do segundo trimestre, divulgado nesta quinta-feira (25), a Vale informou também que alocou R\$ 584,6 milhões como parte do 4º programa de recompra no trimestre.

“Até a data deste relatório, o 4º programa de recompra estava 22% concluído, com 33,1 milhões de ações recompradas”, disse a companhia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/07/2024

VOA BRASIL: COMO FUNCIONA E QUEM TEM DIREITO AOS DESCONTOS NAS PASSAGENS AÉREAS

Empresas poderão ofertar passagens de até R\$ 200 por trecho aos beneficiários

Por Artur Scaff, Valor — São Paulo*



Avião — Foto: Pascal Meier/Unsplash

O governo federal apresentou, na quarta-feira (24), o Programa Voa Brasil. O projeto, que é voltado à inclusão social na aviação brasileira, será focado em aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses, independente da faixa de renda.

As passagens são restritas aos voos domésticos e custarão até R\$ 200 por trecho, independente da faixa de renda. O valor final do bilhete, no entanto, pode superar essa quantia, uma vez que o preço não inclui as tarifas de embarque que serão cobradas no momento do pagamento.

Além de estar dentro da base do INSS até junho de 2024, os aposentados precisam ter nível prata ou ouro na conta gov.br. Os beneficiários do programa poderão adquirir, no máximo, dois bilhetes por ano.

A expectativa do governo federal é incluir cerca de 1,5 milhão de brasileiros que ainda não tenham utilizado o sistema de aviação do país para se deslocar. O projeto está sendo viabilizado pela utilização de poltronas vazias nas aeronaves. De janeiro a junho deste ano, a taxa média de ociosidade das aeronaves foi de 20%.

Vale destacar que o Voa Brasil não envolve subsídio governamental. A aquisição de passagens aéreas funciona com base na liberdade de oferta das companhias aéreas aos beneficiários do programa.

A ideia de lançar o programa partiu do então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, que anunciou o Voa Brasil prematuramente em 2023, sem alinhar a divulgação com o Palácio do Planalto.

O atual ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, explicou que o programa contempla 23,3 milhões de aposentados com passagens mais baratas. Tomé Franca, secretário nacional de aviação civil, informou que mais de 3 milhões de passagens já estão disponíveis na plataforma do Voa Brasil.

Filho ainda afirmou que, na segunda fase, os estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) serão incluídos no Voa Brasil.

Como comprar passagens no Voa Brasil?

Para comprar passagens pelo Voa Brasil, basta acessar o sistema do programa e fazer login na conta gov.br. Apenas aqueles que se enquadrarem nos requisitos do programa terão acesso à busca de passagens.

Na página de busca, é preciso informar a cidade de origem, a de destino e as datas da viagem. Caso queira, você poderá comprar apenas um trecho clicando no botão “Somente ida”.

Após selecionar os detalhes da viagem e preencher todos os campos requisitados, basta concluir a compra. O usuário terá uma hora para finalizar o processo de aquisição. As opções de pagamento são definidas por cada empresa aérea.

A compra é feita exclusivamente online e pode ser realizada por outra pessoa, mas apenas o titular do benefício poderá realizar a viagem.

Quem pode participar do Voa Brasil?

- Exclusivo para aposentados do INSS ativos na base de dados até junho de 2024;
- Não há limite de renda;

- Aposentado não pode ter viajado de avião nos últimos 12 meses;
- Possibilidade de compra de, no máximo, dois bilhetes (dois trechos);
- Valor máximo da passagem de R\$ 200, podendo ser acrescido de tarifas de embarque;
- Necessário ter conta prata ou ouro no gov.br;
- 3 milhões de passagens já disponíveis na plataforma do Voa Brasil.

*Estagiário sob a supervisão de Diogo Max

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/07/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MPOR TRABALHA COM CENÁRIO DE ESTIAGEM 'BASTANTE FORTE' EM 2024

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 25/07/2024 - 22:12



Arquivo/Divulgação

Em evento, secretário de hidrovias e navegação disse que pasta vem se preparando para momentos difíceis. Além do Rio Amazonas e do Madeira, existem preocupações com rios Tapajós e Paraguai

O secretário nacional de hidrovias e navegação (SNHN/MPor), Dino Batista, disse, nesta semana, que existem indícios de uma 'estiagem bastante forte' em 2024. Ele ressaltou que o

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) está se preparando, fazendo contratação para dragagem do Rio Amazonas, em quatro trechos principais: Coari-Codajás; Manaus-Itacoatiara, que é importante para a cabotagem de contêineres; além de dois trechos à montante próximos a Benjamin Constant (Tabatinga e São Paulo de Olivença).

Em junho, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinou os editais de contratação para serviço de dragagem de quatro trechos dos rios Amazonas e Solimões, com investimentos da ordem de R\$ 500 milhões para mitigar os efeitos da forte estiagem que atinge a região. De acordo com a pasta, o valor garante a realização dos serviços pelos próximos cinco anos.

"O que precisamos e estamos fazendo é nos preparar para momentos difíceis. Trabalhamos diversas frentes de dragagem", afirmou Batista, na última segunda-feira (22), durante painel no evento Norte Export. Ele disse que, além do Rio Amazonas do Madeira, existem preocupações com os níveis de rios como Tapajós e também na Bacia do Paraguai.

Ele destacou que o DNIT tem conseguido executar as dragagens anuais necessárias para navegação no Madeira. Já o Tapajós, que não costumava apresentar problemas frequentes, vem sendo tema de reuniões técnicas. "Não era realidade e, esse ano, vislumbramos necessidade de dragagem também no Tapajós", relatou. O secretário disse que, apesar de algumas avaliações meteorológicas com perspectivas de um ano menos crítico para a navegação em 2025, a previsibilidade é bastante variável e continuará merecendo dedicação.

Batista destacou que, além dos eixos consolidados do transporte hidroviário nos rios Madeira e Tapajós, o Rio Paraguai também vem despontando como uma nova fronteira do transporte hidroviário, vivendo um 'boom' por conta de investimentos privados, com atividades de mineração e transbordo de cargas, cuja movimentação vem aumentando vertiginosamente.

O secretário chamou a atenção para a necessidade de garantir a navegabilidade na bacia do Paraguai para consolidar as atividades na hidrovía. "É um outro corredor que está se desenvolvendo.

Vamos conseguir viabilizar outras cargas e não podemos deixar ele morrer. Também estamos com problema de estiação no Paraguai. Estamos buscando também fazer dragagem via DNIT", revelou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/07/2024

ANTAQ APROVA ESTUDO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO NOS PORTOS, FEITO EM PARCERIA COM MPOR E GIZ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25/07/2024 - 21:12



Trabalho tem como objetivo verificar a preparação da infraestrutura portuária nacional para o recebimento de embarcações zero carbono

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou o estudo "Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos", feito em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). O levantamento teve como objetivo verificar como as infraestruturas portuárias brasileiras estão se preparando para o recebimento de embarcações com combustível verde, produção de energia eólica, eletrificação de equipamentos portuários e sistemas Onshore Power Supply (OPS).

Com esse diagnóstico será possível estabelecer orientações e diretrizes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa por navios em portos e viabilizar a descarbonização da infraestrutura portuária e dos serviços portuários prestados.

Essa entrega faz parte de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado com a GIZ em setembro de 2023 para promover a descarbonização no setor. Esse é o segundo de três eixos definidos.

Ações integradas

O estudo concluiu que a descarbonização do setor portuário exige que sejam feitas ações integradas para atingir uma redução significativa das emissões. Com o diagnóstico, será possível ter um direcionamento de medidas a serem adotadas pelas instalações portuárias e pelo setor.

O levantamento foi realizado no âmbito do Programa Internacional de Hidrogênio H2Uppp, que é financiado pelo Ministério da Economia e Ação Climática da Alemanha.

O projeto alemão busca identificar, preparar e acompanhar a implementação de projetos para a produção e uso de aplicações de hidrogênio verde e derivados, bem como aumentar a conscientização e transferir conhecimentos para o desenvolvimento de projetos.

Acordo de cooperação

O ACT firmado com a GIZ prevê que esse projeto seja dividido em três eixos. O Eixo 1, que foi finalizado em 2021, tratou da revisão da experiência internacional, análise de documentos, artigos técnicos e científicos e estudos sobre transição energética e descarbonização no transporte marítimo e nos portos.

O Eixo 2, que foi aprovado nessa reunião de diretoria, fez um diagnóstico da descarbonização nos portos. Por fim, o terceiro eixo, que será conduzido pela Antaq, vai apresentar um estudo de caso por meio de levantamento de campo e entrevista semiestruturada com portos e entidades do setor portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/07/2024



AGÊNCIA APROVA CRIAÇÃO DE COMITÊ PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E A DIVERSIDADE NO SETOR AQUAVIÁRIO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 25/07/2024 - 21:08

Membros do comitê, que será intersetorial, devem ser apresentados em 30 dias

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, nesta quinta-feira (25), a criação de um comitê para promover a igualdade de gênero e a diversidade no setor aquaviário.

O comitê será intersetorial e farão parte, além de representantes da ANTAQ, membros de entidades nacionais e internacionais. A expectativa é que os nomes sejam apresentados dentro de 30 dias e o plano de ação em 60 dias.

A criação deste comitê está sendo discutida no âmbito da iniciativa Brasil Sem Misoginia, do Ministério das Mulheres, e do programa Rede Equidade, do Senado Federal, do qual a ANTAQ faz parte.

“O desdobramento dessa medida será a elaboração de um programa interno e de pautas de incentivo para o setor aquaviário que possa desenvolver políticas de formação e de desenvolvimento a fim de promover igualdade de gênero”, destacou a diretora Flávia Takafashi, que é a responsável pela implementação do comitê.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 25/07/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : *InforMS*

Data: 26/07/2024